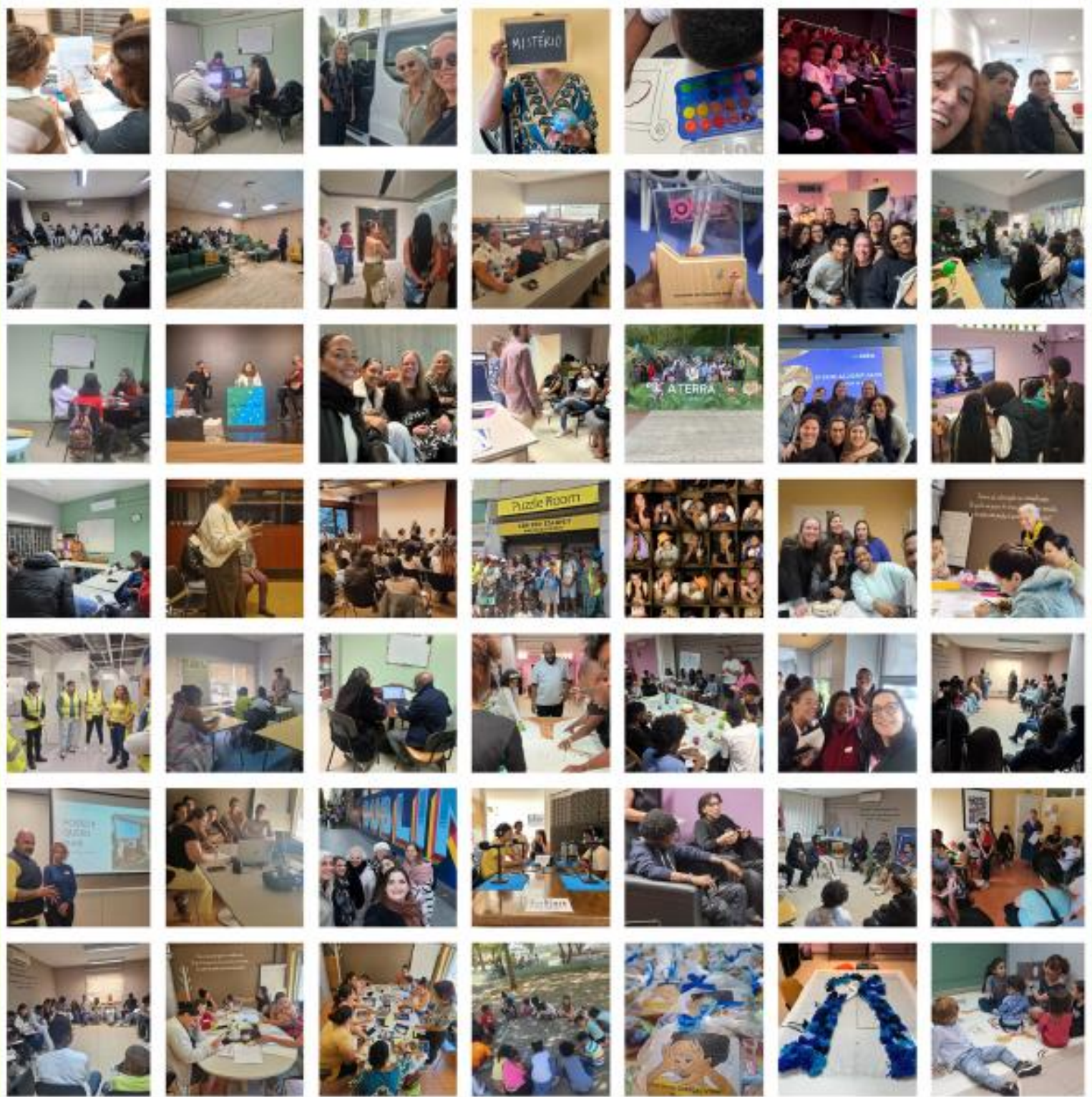


RELATÓRIO

DE ATIVIDADES



2025



Índice

INTRODUÇÃO	3
I. RESPOSTAS SOCIAIS	7
1. COMUNIDADE DE INSERÇÃO – ESPAÇOS CAMINHOS	7
1.1 Sobre as pessoas beneficiárias: Quem são?	7
1.2 Dos objetivos às atividades realizadas pela comunidade de inserção	13
2. PROTOCOLO PARA ACOMPANHAMENTO DE PESSOAS BENEFICIÁRIAS DE RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO	18
2.1 Breve caracterização das pessoas acompanhadas em 2025	18
2.2 Dos objetivos, às atividades realizadas e aos principais resultados	21
3. ESPAÇO V – SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	36
3.1 Sobre as pessoas em acompanhamento	36
3.2 Intervenção realizada junto das vítimas	40
3.3 Grupo de Discussão de Casos e Grupo de Gestão de Práticas	41
3.4 Atividades de divulgação e sensibilização	42
3.5 Apartamento de Transição	43
3.6 Espaço V – O PROCESSO	44
4. O TEU ESPAÇO - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A CRIANÇAS E JOVENS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	46
4.1 Sobre as crianças em acompanhamento	47
4.2 Intervenção realizada junto das vítimas	50
4.3 Resultados	51
II. INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA	52
1. Projeto Percursos Acompanhados E9G	52
1.1 Resumo dos principais resultados	53
1.2 Parceiro comprometido	55
2. APOIO À PARTICIPAÇÃO DESPORTIVA	56
3. ROMA INFLUENCERS	57
4. PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO NAMORO E DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM CONTEXTO ESCOLAR	58
5. IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS - Ações de formação para pessoal técnico e dirigente	59
6. IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS – Guia de Orientação Prático	60
7. CENTRO DE ESTUDO GULBENKIAN	61

INTRODUÇÃO

O presente relatório dá conta do trabalho desenvolvido pela CooperActiva ao longo de 2025, refletindo uma intervenção de proximidade junto de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, orientada para a promoção dos direitos humanos, da dignidade e da cidadania.

Num contexto marcado por desigualdades estruturais, a intervenção abrangeu um número significativo de pessoas nas diferentes respostas sociais e projetos desenvolvidos. Destaca-se, desde logo, o trabalho da Comunidade de Inserção – Espaço Caminhos, que acompanhou 220 pessoas, entre 53 casos de

“A pobreza não é um acidente... é uma negação dos direitos humanos.” (Nelson Mandela)

acompanhamento sistemático e 167 situações pontuais. Paralelamente, no âmbito do Protocolo de Rendimento Social de Inserção, foram acompanhados 171 agregados familiares, correspondendo a um total de 531 pessoas.

As vidas destas gentes são particularmente marcadas pela complexidade das relações que se estabelecem entre vários problemas. A este nível salienta-se a importância do binómio “Educação/Formação e Emprego”. Na Comunidade de Inserção – Espaço Caminhos, 77% das pessoas beneficiárias com processo aberto encontram-se em situação de desemprego, sendo este cenário acompanhado por baixos níveis de instrução, com uma parte significativa das pessoas a não ter concluído qualquer nível de ensino ou a possuir apenas o 1.º ciclo. Esta realidade é ainda mais expressiva no universo das pessoas beneficiárias de Rendimento Social de Inserção: entre 181 pessoas adultas disponíveis para o trabalho, apenas 9 se encontram empregadas, o que traduz num peso do desemprego extremamente elevado. Paralelamente, 82 pessoas adultas apresentam escolaridade igual ou inferior ao 1.º ciclo, das quais 45 são analfabetas, evidenciando a dimensão das barreiras estruturais à integração social e profissional.

Para além destes desafios estruturais, o conhecimento desta população permite dizer que nos seus quotidianos de vida está muito presentes o agravamento continuado no diz respeito, no nomeadamente, ao acesso ao direito à educação e à saúde: são 30 as crianças, entre um universo de 247, que desde o início do atual ano letivo não conseguem ter corpo docente estável o que favorece o seu absentismo; 31% da população beneficiária de RSI, acompanhada pela CooperActiva não tem médica/o atribuída/o, o que compromete o acesso a cuidados de saúde primários e a gestão de doenças crónicas.

Ao longo do presente relatório, emerge de forma clara a centralidade da intervenção com crianças e jovens, assumida como eixo estruturante da ação da CooperActiva e como condição essencial para a quebra de ciclos intergeracionais de pobreza, exclusão e violência.

“A educação é o único caminho seguro para sair da pobreza.” (Kofi Annan)

No âmbito do acompanhamento de pessoas beneficiárias de Rendimento Social de Inserção, destaca-se a presença significativa de 247 crianças e jovens, representando pouco menos de metade da população acompanhada.

Este dado evidencia a importância das estratégias ensaiadas pela CooperActiva ao nível da promoção da educação pré-escolar e do acompanhamento escolar, numa intervenção próxima e continuada. Assim, destacam-se ações como “Vamos à Escola”, “Aprender a Crescer” ou “Devagar se vai ao longe”, que visam não apenas apoiar as crianças, mas também envolver as famílias no processo educativo, reforçando o papel da escola como espaço de oportunidade e transformação.

A intervenção com crianças e jovens assume igualmente particular relevância no domínio da proteção em situações de violência doméstica. O serviço “O Teu Espaço” constitui uma resposta especializada que coloca a criança no centro da intervenção, proporcionando acompanhamento psicológico a 29 crianças e jovens, com impacto ao nível da redução do trauma, da melhoria da autoestima e do desenvolvimento de competências emocionais e sociais. Esta intervenção revela-se fundamental não apenas na resposta ao sofrimento imediato, mas também na prevenção da perpetuação de ciclos de violência.

A dimensão comunitária reforça esta abordagem integrada, através de projetos como o “Percurso Acompanhados E9G”, que acompanha 55 crianças e jovens procurando promover o sucesso escolar, o desenvolvimento de competências e a inclusão social. Tendo consciência de que o insucesso escolar é um problema de causas múltiplas as iniciativas desenvolvidas no âmbito do projeto evidenciam a importância da articulação entre escola, família e comunidade, criando redes de suporte que potenciam trajetórias mais positivas e sustentadas.

Neste quadro, importa, ainda, destacar o papel do novo Centro de Estudo Gulbenkian – Bairro do Zambujal, enquanto resposta complementar e estratégica no apoio ao percurso educativo. Este Centro acompanha crianças e jovens em diferentes níveis de ensino, promovendo o reforço das

“A educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.”

(Paulo Freire)

aprendizagens em áreas fundamentais como o Português, a Matemática e o Inglês, bem como o acompanhamento individualizado dos seus percursos escolares. Para além do apoio pedagógico, o Centro assume uma função de mediação entre escola, família e comunidade, contribuindo para a

construção de trajetórias educativas mais consistentes e para o reforço do envolvimento das famílias no processo educativo. Em 2025 estiveram envolvidas Centro de Estudo Gulbenkian 20 crianças que frequentam vários níveis de ensino.

A leitura transversal do relatório permite, assim, concluir que a intervenção com crianças e jovens não se limita a respostas isoladas, mas integra uma estratégia global e articulada, que reconhece a infância e a juventude como espaços privilegiados de transformação social. Investir nestas gerações é, simultaneamente, responder às vulnerabilidades do presente e construir oportunidades para o futuro.

Finalmente, cabe destacar o Espaço V manteve que, em 2025, deu continuidade a uma intervenção

“A violência contra as mulheres é uma das violações de direitos humanos mais persistentes do mundo.” (ONU)

especializada no apoio a vítimas de violência doméstica em Cascais, acompanhando 116 pessoas, maioritariamente mulheres. Foram realizados 85 novos processos e 679 sessões, sobretudo de apoio psicológico, complementado

por apoio social e jurídico.

As situações envolveram sobretudo relações de intimidade, muitas com elevado risco, exigindo por vezes respostas de emergência. Destaca-se também o trabalho em rede com várias entidades e ações de sensibilização dirigidas a diferentes públicos, incluindo o contexto empresarial.

O Espaço V assegurou ainda o funcionamento do apartamento de transição, apoiando mulheres e crianças na reconstrução de percursos de vida com maior autonomia e segurança.

Acresce ressaltar o trabalho de carácter interinstitucional que é transversal a toda a atividade da CooperActiva, salientando a importância da cooperação no âmbito do consórcio do projeto “Percursos Acompanhados” e do Fórum Municipal Contra a Violência Doméstica, bem como a participação da CooperActiva na Rede Social da Amadora. Particular destaque merece, ainda, o trabalho com as empresas locais, como o IKEA e a Auchan, e a estreita colaboração com a VTXRM que, para além de integrar o consórcio do projeto E9G, possibilita, ainda, a concretização de algumas atividades de lazer destinadas às crianças e jovens.

No total a CooperActiva, em 2025:

- Abrangeu um total de 971 pessoas.
- Realizou:
 - 1 768 momentos de atendimento/accompanhamento direto;
 - 564 visitas domiciliárias;
 - 3 519 diligências técnicas.

Mais do que números, a CooperActiva transforma vidas e atravessa gerações. O trabalho que aqui se realiza revela a sua dureza, pois a dureza da vida das pessoas que acompanhamos é visível e afeta quem as rodeia — e, por isso, também transforma as nossas próprias vidas. É um trabalho exigente, porque os obstáculos a uma verdadeira mudança continuam a ser muitos e persistem nas nossas sociedades.

Ainda assim, insistiremos sempre no direito à igualdade e no direito ao sucesso (escolar, profissional, social...) e continuaremos gratas e gratos quando nos dizem: “aqui é a minha segunda casa”; “aqui percebem o que me faz falta”; “voltarei sempre aqui. Este é o meu porto seguro”; ou quando uma família vem cantar connosco os parabéns do seu filho.

Neste enquadramento, toda a ação da CooperActiva afirma-se como uma intervenção integrada e centrada na pessoa, que procura não apenas responder à urgência, mas transformar trajetórias de vida. Este relatório constitui, assim, não só um (micro)retrato das desigualdades existentes, mas também um testemunho da importância de continuar a investir em respostas sociais que coloquem a dignidade humana no centro da ação.

“Dentro de nós há uma coisa que não tem nome, essa coisa é o que somos.

Talvez possamos dizer que os direitos humanos não são apenas uma invenção jurídica, mas uma exigência da própria consciência humana”

(José Saramago)

Ana Cardoso

Março de 2026

1. COMUNIDADE DE INSERÇÃO – ESPAÇOS CAMINHOS

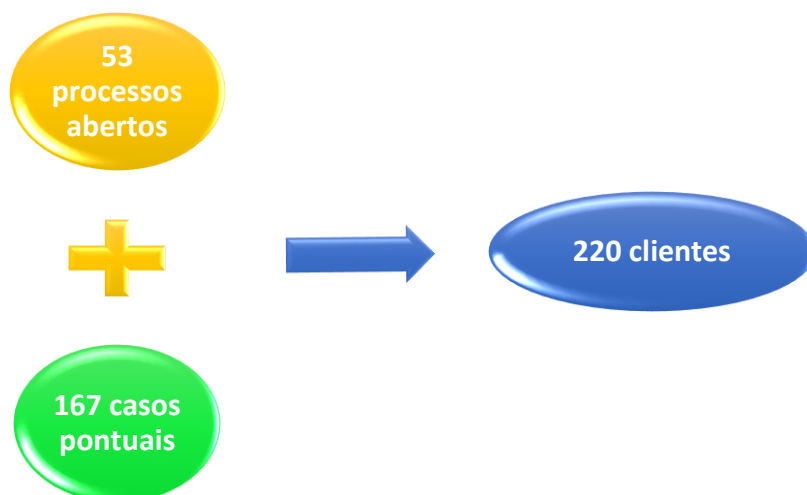
A Comunidade de Inserção "Espaço Caminhos" (CI), constitui uma resposta social integrada de grande valia para a população do Bairro do Zambujal. Disponibiliza os mais variados serviços a pessoas adultas em situação de pobreza e de exclusão social que, por razões de vária ordem, vivem nos limites da subsistência.

As pessoas que procuram a CI, apesar de terem como denominador comum o estarem numa situação de desemprego, têm problemas a montante e a jusante que são equacionados pela equipa nas propostas de intervenção que são trabalhadas com cada pessoa. Estas propostas, enquanto potenciais soluções para os problemas identificados são, pois, negociadas num plano individual em que se define, com a pessoa adulta, tarefas e responsabilidades com vista a sua concretização.

1.1 Sobre as pessoas beneficiárias: Quem são?

Como foi mencionado anteriormente, a Comunidade de Inserção dirige-se a pessoas e famílias em situação de exclusão social que necessitem de ser apoiadas no seu percurso de inserção. Em 2025 a CI acompanhou 53 casos com carácter sistemático, aos quais acrescem 167 situações pontuais, o que significa um total de 220 pessoas.

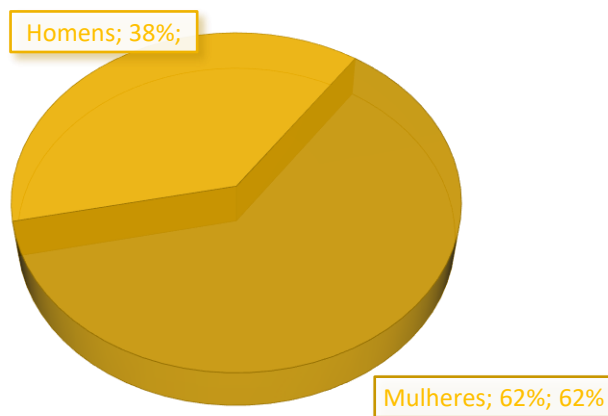
Figura 1 - Pessoas abrangidas pela Comunidade de Inserção- Espaço Caminhos



Em 2025, as pessoas que utilizaram os serviços da Comunidade de Inserção, dando origem à abertura de processo, são maioritariamente do sexo feminino, tal como se pode ver no Gráfico 1 - 33 mulheres

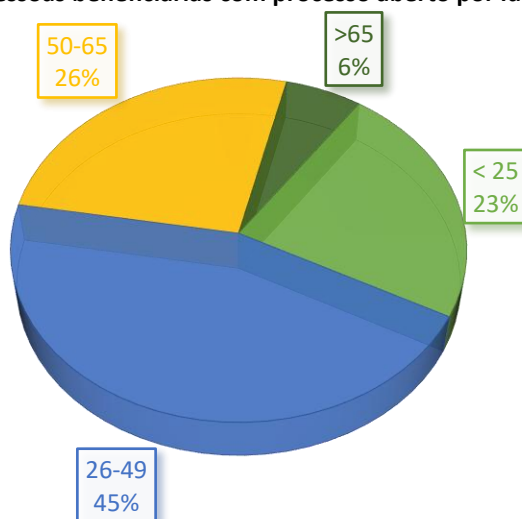
(62%) e 20 homens (38%). Esta é uma tendência que tem vindo a manter-se ao longo dos anos, 65% mulheres e 35% homens em 2024, 72% mulheres e 28% homens em 2023.

Figura 2 - Pessoas beneficiárias com processo aberto por sexo (%)



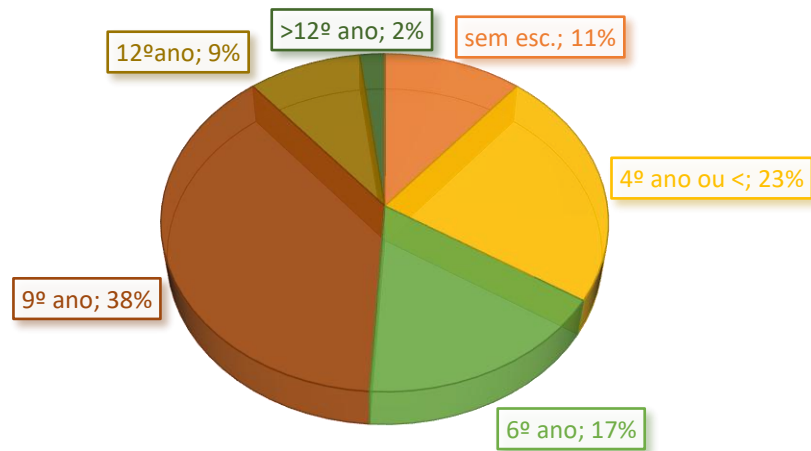
A distribuição das pessoas beneficiárias pelos diferentes grupos etários continua a evidenciar a forte presença das faixas etárias em idade ativa, onde se destaca as idades entre os 26 e os 49 anos (45%).

Figura 3 - Pessoas beneficiárias com processo aberto por idade (%)



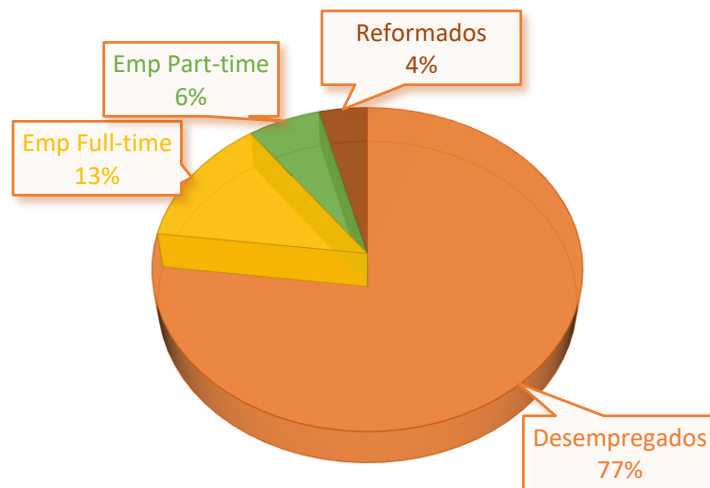
Em termos de escolaridade, continua a verificar-se uma forte presença de pessoas com baixos níveis de instrução: 11% não concluíram qualquer nível de ensino; 23% têm o 4º ano ou menos. Só 11% apresentam o 12º ano ou mais (Gráfico 3).

Figura 4 - Pessoas beneficiárias com processo aberto por ano de escolaridade (%)



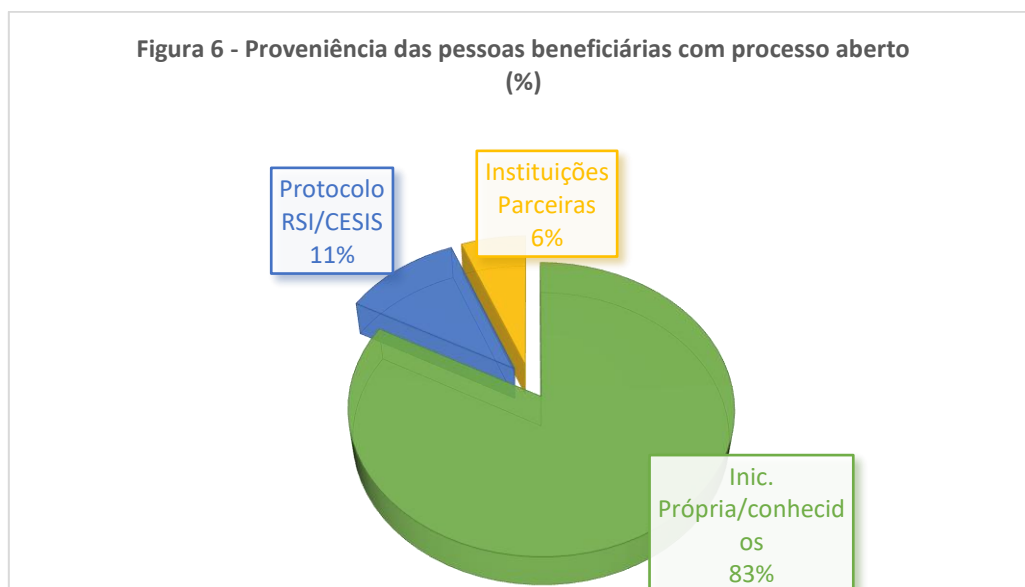
Relativamente à ocupação das pessoas que beneficiam dos serviços que da Comunidade de Inserção, e que têm processo aberto, verifica-se que a grande maioria (77%) estão numa situação de desemprego. Pessoas empregadas, a tempo inteiro ou parcial, representam 19%. Pessoas reformadas por velhice ou invalidez correspondem a apenas 4%.

Figura 5- Pessoas beneficiárias com processo aberto, por ocupação (%)



Como chegam até à Comunidade de Inserção?

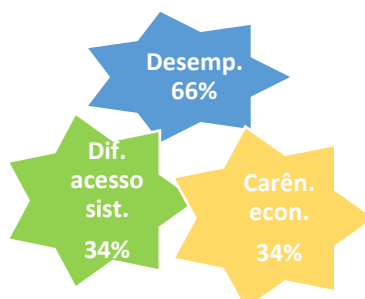
Com base no Gráfico 5, podemos afirmar que o “passa palavra” continua a ser a principal via de encaminhamento das pessoas beneficiárias. Por outro lado, verifica-se uma grande proximidade da Comunidade de Inserção com a população local: 83% das pessoas que recorreram aos serviços vieram por iniciativa própria, ou por indicação de familiares, vizinhos ou amigos.



Que problemas as afetam?

A figura em baixo espelha a realidade socioeconómica da população abrangida, tendo como referência os principais problemas diagnosticados a montante - o desemprego, carência económica e a dificuldade de acesso ao sistema.

Figura 7 – Principais problemas que afetam as pessoas beneficiárias da Comunidade de Inserção – Espaço Caminhos



Não obstante a centralidade do emprego/desemprego, verificamos que se mantém o carácter multidimensional dos problemas apresentados pelos agregados familiares, em geral, sendo raras as situações em que se identifica uma única necessidade ou problema, o que justifica a metodologia de intervenção holística adotada pela Comunidade de Inserção (ver Tabela 1). Assim sendo, foram feitos 95 atendimentos e 132 diligências em áreas que se prendem mais com questões sociais (dificuldade de acesso ao sistema, desconhecimento de direitos e deveres, habitação e saúde).

Tabela 1 – Principais Problemas identificados no diagnóstico entre as pessoas beneficiárias da Comunidade de Inserção – Espaço Caminhos

Problemas identificados	Nº pessoas	% de pessoas
Desemprego	35	66%
Carência económica/Insuficiência satisfazer necessidades básicas	18	34%
Dificuldade acesso ao sistema	18	34%
Baixa escolaridade	9	17%
Problemas de saúde em geral	7	13%
Baixa literacia digital	3	6%
Desconhecimento dos direitos e deveres	2	4%
Problemas de habitação em geral	1	2%

Como consequência do trabalho realizado, do qual se dará conta com mais detalhe em seguida, foram encerrados 24 processos (45%). Destes últimos, 22 foram considerados como casos resolvidos, ou de sucesso, e 2 foram encerrados por mudança de residência. Os restantes mantiveram-se ativos no final do ano, transitando para 2026.

Os casos pontuais – o exercício da *advocacy*

Advocacy surge na CooperActiva pela necessidade de apoio, com vista a resolução de problemas vários no que diz respeito ao acesso a serviços, por parte de um elevado número de pessoas que nos chega a pedir este tipo de ajuda de uma forma mais pontual. Sendo a missão da CooperActiva - garantir os direitos de cidadania - não poderíamos deixar de considerar tais situações. Neste sentido, foram atendidas 167 pessoas e realizadas 466 diligências, números que diminuíram face ao ano anterior (211 clientes e 772 diligências em 2024).

Os dados de caracterização destas pessoas revelam um perfil muito semelhante às que são acompanhadas de um modo mais continuado: a maioria são mulheres (61%); em idade ativa (84%) e desempregadas (43%).

Figura 8 – Caracterização das pessoas que recorrem ao serviço de *Advocacy* da Comunidade de Inserção



1.2 Dos objetivos às atividades realizadas pela comunidade de inserção

Face aos problemas identificados procedeu-se à implementação das respostas que se julgaram mais eficazes e viáveis, aqui referidas como atividades. Como facilmente se depreende, cada uma destas atividades concorre para a satisfação dos objetivos de trabalho definidos para a Comunidade de Inserção, pelo que, para facilitar a integração destas informações, serão apresentadas as atividades de acordo com os objetivos para os quais concorrem.

1.2.1 Serviços de necessidades básicas

Objetivo 1 – Garantir a satisfação das necessidades básicas de alimentação e higiene das pessoas em situações de exclusão social. Neste sentido, a Comunidade de Inserção tem mantido três respostas de apoio à satisfação de necessidades básicas de sobrevivência.

- **Lavandaria**



Em relação aos anos anteriores verifica-se um ligeiro decréscimo no número de agregados familiares abrangidos (14 em 2024, 13 em 2023) e, conseqüentemente e de forma mais significativa no número de lavagens de roupa (770 em 2024, 743 em 2023) nas secagens de roupa (531 em 2024) excetuando em 2023 (397).

- **Balneário**



No que respeita a este Serviço, mantêm-se a tendência de diminuição da sua utilização (3 clientes e 105 utilizações em 2024, 4 clientes e 156 utilizações, em 2023).

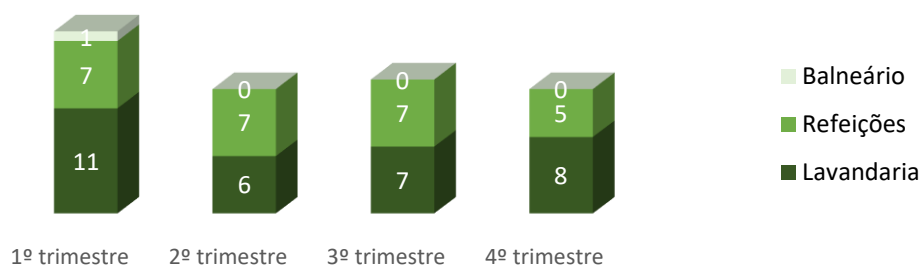
- **Serviço de refeições**



Constata-se que o número de pessoas a utilizar o serviço de refeições se manteve em relação ao ano transato, apesar do número de refeições servidas ter aumentado (1 066, em 2024).

De uma forma geral, podemos verificar que o número de pessoas/trimestre, por serviço, e no total das três respostas, variou entre 13 e 19 (ver gráfico 6), numa média de 15 pessoas/trimestre. De salientar, no entanto, que a mesma pessoa poderá usufruir, ou não, de mais do que um serviço em simultâneo.

Figura 9 - Pessoas que usufruíram de cada um dos serviços de satisfação das necessidades básicas, por mês



Em termos anuais, o grau de eficácia dos serviços de necessidades básicas foi de 73%, tendo contemplado 22 utilizadores/as.

1.2.2 Acompanhamento na Procura de Emprego

Objetivos 2 – Promover as capacidades dos indivíduos, no sentido de facilitar a sua integração social e profissional.

Objetivos 3 – Proporcionar apoio psicológico e social às pessoas e famílias de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar.

Objetivo 4 – Promover o desenvolvimento e a aquisição de competências pessoais e sociais e de perspetivação do futuro.

Objetivo 5 – Promover o acompanhamento e apoio das pessoas, quer na fase de aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais, quer na fase do respetivo processo de autonomia.

Dando cumprimento a estes objetivos, a Comunidade de Inserção realizou durante o ano de 2025 as seguintes atividades:

Tendo em vista a Procura de Emprego, dinamizaram-se as seguintes ações:

- **Gabinete de Procura de Emprego - GAE**

O Gabinete de Procura de Emprego funciona como uma atividade individualizada que se organiza consoante as necessidades identificadas, num total de 161 sessões ao longo do ano. Foram abrangidas 77 pessoas, numa média de cerca de 2 clientes por sessão. Foram elaborados/atualizados 61 Curriculum Vitae (a 79% dos/as clientes) e registadas 892 respostas a ofertas de emprego, tendo resultado em 34 integrações no Mercado de Trabalho, correspondendo a 44% das pessoas abrangidas.

▪ Bolsa de Emprego

Numa estratégia para a integração no mercado de trabalho, a Cooperactiva/ Comunidade de Inserção manteve o estabelecimento de parcerias com algumas empresas. No ano de 2025 estreitou relações com 5 empresas, a Auchan, IKEA, Securitas (área da segurança), Gil Alves da Silva (construção civil) e Grupo RP Serviço de Limpeza (limpeza). Nestas empresas, foram integrados 6 clientes, ou seja, 8% daqueles que nos procuraram (2 no IKEA, 2 na Securitas, 1 Gil Alves da Silva e 1 RP).

▪ Acompanhamento após a integração no mercado de trabalho

Seis pessoas tiveram um acompanhamento mais próximo pela Comunidade de Inserção, após colocação em emprego, com vista à sua permanência em contexto laboral.

▪ Grupo Aberto de Competências Básicas de Informática

Ligado ao emprego e às novas tecnologias, em 2025, deu-se continuidade ao grupo de competências básicas de Informática que abrangeu 13 pessoas, tendo sido realizadas 51 sessões (às quartas-feiras das 10h às 11h).

▪ Acompanhamento na procura de formação

Em 2025 a Comunidade de Inserção contou com 34 participações em ações de formação, ou por ela promovidas - 13 ao nível do grupo de Competências Básicas de Informática - ; ou em parceria - com o IKEA (3 na formação de desenvolvimento de competências para a empregabilidade “Posso e Quero Mais”), com o Centro Qualifica (9 pessoas nos grupos de Alfabetização) e com a Securitas (3 jovens na formação na área da Segurança Privada); ou no encaminhamento para outras instituições formadoras – 6 clientes.

▪ Outras atividades na área da empregabilidade:

– “Posso e Quero Mais”

Numa parceria com a empresa IKEA Alfragide e, à semelhança do ano anterior, foi dinamizada uma formação denominada “Posso e Quero Mais” com o intuito de promover competências para a empregabilidade junto de públicos vulneráveis, clientes da Cooperactiva. Abordaram-se temáticas como a experiência de trabalho das pessoas que trabalham no IKEA (visita à loja e testemunho); desenvolvimento pessoal e motivacional; currículo, anúncios de emprego e entrevistas de trabalho.

Foram realizadas 3 sessões que, no total, contaram com a participação de 7 pessoas (3 da Comunidade de Inserção e as restantes do Protocolo RSI) e realizadas 2 entrevistas de emprego pelos recursos humanos.

– Alfabetização

Foram promovidas duas turmas de Alfabetização nas instalações da Cooperactiva em parceria com o Centro Qualifica, duas vezes por semana, com a duração de 2h30, tendo sido iniciadas em outubro e com previsão de término em 2026. Essas turmas contaram com a presença de 9 clientes da Comunidade de Inserção, os/as restantes foram provenientes do Protocolo RSI.

– Securitas | Projeto Sustentabilidade - Programa Comunidades

No âmbito do Projeto Sustentabilidade – Programa Comunidades, direcionado à Diversidade, Equidade e Inclusão, relacionada especificamente com comunidades mais vulneráveis e integração no mercado laboral bem como formação a jovens no sector da Segurança Privada, a Securitas em parceria com a Cooperactiva, promoveu a formação a 3 jovens, dos quais 2 concluíram com sucesso estando integrados no Mercado de Trabalho.

2. PROTOCOLO PARA ACOMPANHAMENTO DE PESSOAS BENEFICIÁRIAS DE RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

Decorrente do Plano de Atividades delineado para o ano de 2025, foi pensado um conjunto de ações, com base na avaliação diagnóstica social realizada, que intervisse de forma integrada e adequada a cada realidade, ao nível das diferentes áreas de vida das famílias, como a educação, emprego, saúde, habitação e cidadania. Desde a transferência do protocolo para a Câmara Municipal da Amadora, a equipa redobrou o seu esforço para acompanhar 171 agregados familiares (num universo de 531 beneficiárias/os). Num contexto onde o "elevador social" enfrenta bloqueios severos — da instabilidade escolar à precariedade habitacional — a atuação da equipa foca-se em contribuir para que as pessoas se tornem decisoras dos seus próprios processos de mudança.

2.1 Breve caracterização das pessoas acompanhadas em 2025

A 31 de dezembro de 2025, a equipa tem em acompanhamento 171 processos, sendo que 14 destes processos se encontram suspensos.

Estão em acompanhamento um total de 531 beneficiárias/os, das quais 171 são mulheres, 113 são homens (total 284 pessoas adultas) e 247 crianças e jovens (98 raparigas e 149 rapazes).

Estas pessoas inserem-se, predominantemente, em agregados familiares monoparentais (57). Seguem-se as famílias unipessoais, ou pessoas isoladas (42); as famílias alargadas (32) e os agregados familiares compostos por um casal com filhos (34). De notar que a forte presença de agregados familiares compostos por diferentes núcleos (famílias alargadas) não corresponde propriamente a uma opção familiar, mas sim, uma contingência devido à dificuldade de acesso à habitação dando origem a situações de sobreocupação de fogos.

Esta situação de sobrelotação traz dificuldades acrescidas à negociação dos acordos de inserção e à responsabilização dos diferentes elementos, pois implica que uma pessoa adulta seja titular de uma prestação que, na realidade, abrange vários núcleos.

Importa, agora, analisar alguns dos principais desafios verificados, em função das próprias áreas de intervenção.

Educação e Formação

A equipa acompanha um grande número de crianças e jovens (247) pelo que a Educação é uma das áreas de maior investimento da equipa.

Verificamos que nesta área surgiram como principais desafios:

- Integração precoce das crianças em JI, das 47 crianças em acompanhamento, 30 crianças estão integradas (64%);
- Ao nível do 1º Ciclo verificou-se um número elevado de crianças em acompanhamento que mantiveram uma frequência escolar irregular por constrangimentos na colocação de professores. No 1º Ciclo, onde acompanhamos 56 crianças, registou-se uma grande instabilidade/ ausência do corpo docente. Trinta (30, 53%) destas crianças estavam nesta situação. Esta instabilidade leva a que as crianças estejam apenas pontualmente no espaço escolar, permanecendo grande parte do tempo no bairro;
- Situação de absentismo no 2º e 3º Ciclos: No fim do ano letivo transato verificou-se que das 153 crianças e jovens em idade escolar, 85 estavam em situação de absentismo grave (39%) com ligeira melhoria no último semestre. Verifica-se um aumento no número de faltas justificadas o que nos leva a querer que esta melhoria não se traduza necessariamente num aumento efetivo da frequência escolar ou na melhoria das competências académicas por parte das crianças e jovens.

Dos 299 adultos em acompanhamento, 82 apresentam escolaridade inferior ou igual ao 1.º ciclo (55 mulheres e 27 homens), sendo que, deste grupo, 45 são pessoas analfabetas (15 mulheres e 30 homens). Estes dados evidenciam níveis muito baixos de qualificação escolar, com impacto significativo na construção de percursos de inserção social e profissional.

No que respeita à população adulta, persiste uma desvalorização da capacitação e da melhoria das qualificações enquanto fatores estruturantes para a construção de percursos profissionais sustentáveis. Esta realidade resulta, em parte, da dificuldade no estabelecimento de projetos de vida a médio e longo prazo, associada a baixas expectativas, bem como das limitações do sistema de formação profissional, que nem sempre consegue ajustar a oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho e às características das pessoas acompanhadas.

Emprego

Da população em acompanhamento disponível para emprego 181 adultos (103M; 78H), 9 pessoas estão empregadas (3M; 6H). Face a uma taxa reduzida de adultos empregados, podemos notar como principais motivos a baixa escolaridade associada à ausência de experiência formal de emprego. Por outro lado, são ainda encontradas falhas na garantia do acesso a direitos laborais em condições de igualdade, apontando para problemas de discriminação no acesso ao emprego.

Tabela 2 – Pessoas beneficiária segundo a situação face ao emprego (NA)

Situação face ao emprego	Nº	Mulheres	Homens
Nº Pessoas adultas em idade ativa (18-66 anos)	275	168	107
Nº Pessoas adultas disponíveis para emprego	181	103	78
Nº Pessoas adultas empregadas	9	3	6
Nº Pessoas adultas a frequentar Formação Profissional	2	2	0

Relativamente à experiência profissional mantém-se um elevado número de pessoas que nunca tiveram qualquer experiência profissional, conforme gráfico.

Organização da vida quotidiana / Cidadania

No 4º trimestre do ano continua a verificar-se a necessidade de apoio a nível alimentar, estando identificadas 115 famílias, o que revela que 67% têm esta necessidade.

Saúde

Ao nível dos cuidados de saúde primários, os/as beneficiários/as são maioritariamente acompanhados/as pela ULS Amadora/Sintra (ULSASI), que se assume como o principal parceiro institucional na área da Saúde no território. O acompanhamento é assegurado sobretudo pela UCSP António Arnaut e pela USF Águas Livres, estruturas de referência para a população em acompanhamento. Do total de 531 pessoas acompanhadas, 368 dispõem de médico/a de família (201 mulheres e 167 homens), enquanto 163 recorrem a médicos de recurso (86 mulheres e 77 homens). Estes dados evidenciam uma tendência de agravamento no acesso a médico/a de família, verificando-se que 31% da população se encontra atualmente sem médico de família, o que representa um aumento significativo face a 2024. À data do relatório, encontravam-se 95 beneficiários/as com Certificado de Incapacidade Temporária (CIT) válido, predominando os CIT de longa duração (87 prolongados face a 8 pontuais), o que reflete a existência de situações de doença

prolongada com impacto direto na capacidade laboral e na autonomia económica dos agregados familiares.

Importa igualmente sinalizar que têm vindo a surgir constrangimentos ao nível da marcação de exames de diagnóstico, com particular incidência na área da obstetrícia. Estes atrasos podem ter implicações relevantes na vigilância da gravidez, nomeadamente no diagnóstico precoce de situações de risco materno-fetal, no acompanhamento clínico adequado e na prevenção de complicações de saúde, com potenciais repercussões no bem-estar das grávidas e no desenvolvimento saudável dos bebés.

Habitação

A área da habitação continua a ser onde se encontram maiores dificuldades de intervenção, atendendo às complexas problemáticas, nomeadamente ausência de gestão de grande parte dos fogos da responsabilidade do IHRU e rendas inacessíveis no mercado habitacional privado. Dos 171 agregados familiares acompanhados, 147 residem em habitação social (115 IHRU, 23 CMA, 9 Junta Autónoma das Estradas) e 24 em parque privado.

2.2 Dos objetivos, às atividades realizadas e aos principais resultados

Crianças e jovens

Atendendo ao elevado número de crianças e jovens acompanhadas (247 – 46% do nº total de beneficiárias/os), a educação é uma área de relevante importância para a Equipa, pois acredita-se que será através desta área que as famílias conseguirão, em muitas situações, potenciar e construir percursos que no futuro lhes darão maior capacidade de inverter trajetórias de pobreza e exclusão social, alterar percursos de vida e autonomizar-se face à prestação.

O investimento na primeira infância revela-se fundamental para mitigar o impacto dos baixos níveis de escolaridade dos progenitores e a escassez de rotinas domésticas, fatores que frequentemente condicionam o desenvolvimento. Ao longo de 2025¹ observou-se uma evolução positiva na integração em Jardim de Infância, com a taxa a subir de valores inferiores a 50% para 64%, abrangendo 30 crianças. Este incremento é o resultado direto de estratégias de sensibilização centradas na valorização da estimulação cognitiva precoce e na desconstrução de receios parentais face ao ambiente escolar. Para consolidar esta transição, foram implementadas iniciativas como o "Aprender a Crescer" (15 sessões) e "De Pequenino se Torce o Pepino" (3 Sessões), que trabalham a regulação emocional e a superação da ansiedade de separação, enquanto o projeto "Vamos à Escola"

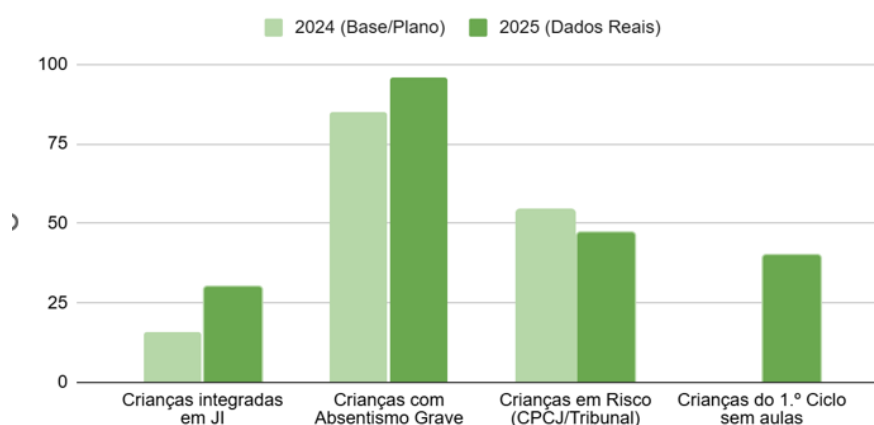
¹ (Ver Figura 10 – Educação Dados comparativos 2024/ 2025).

assegura a conformidade administrativa de matrículas e provas escolares, eliminando barreiras de info exclusão que poderiam comprometer o acesso ao direito à educação (33 processos de matrículas e 21 provas escolares).

No entanto, a eficácia desta integração inicial enfrenta constrangimentos estruturais severos nos ciclos seguintes, conforme revela a análise do último trimestre. A instabilidade letiva, marcada pela falta de professores que afetou mais de metade dos alunos do 1.º ciclo em acompanhamento, forçou a um afastamento do contexto escolar. Esta situação também terá contribuído para o aumento dos níveis de absentismo grave para 39%, correspondendo a 96 crianças. Este cenário é particularmente crítico para as 47 crianças com Processos de Promoção e Proteção ativos, uma vez que agrava o risco de exposição comunitária e a desproteção social. Perante o paradoxo entre a necessidade urgente de integrar para proteger e a irregularidade da resposta pública, ações como a "Dinamização de Recreios" e o projeto "Devagar se vai ao longe" tornaram-se ainda mais determinantes promovendo a manutenção de vínculos institucionais e competências sociais num período de especial fragilidade das rotinas escolares.

A distribuição pelos ciclos de ensino evidencia ainda uma pirâmide de retenção preocupante, com 42% dos jovens no 1.º ciclo, 29% no 2.º ciclo e 24% no 3.º ciclo, culminando num abandono escolar acentuado na transição para o ensino secundário, onde permanecem apenas seis jovens. Esta trajetória é dificultada por fatores transversais, como a sobrelotação habitacional e a ausência de espaços adequados ao estudo, e sobretudo a fraca valorização escolar como impulsionador da alteração de trajetórias de pobreza por parte das famílias. Além disso, as dificuldades de aprendizagem que exigem terapias acabam frequentemente comprometidas pela irregularidade de frequência do sistema de ensino.

Figura 10 – Crianças beneficiárias de RSI em acompanhamento segundo a sua situação face à escola | 2024 e 2025



Pessoas adultas

No que toca à população adulta, a intervenção centra-se no desenvolvimento de competências que permitam uma gestão independente da vida familiar e profissional, reconhecendo que a escolaridade é um fator determinante na quebra de ciclos de exclusão. Dos 284 adultos acompanhados, 82 apresentam uma escolaridade inferior ou igual ao 1.º ciclo, um grupo composto por 55 mulheres e 27 homens. Dentro deste universo, a prevalência do analfabetismo em 45 pessoas (30 mulheres e 15 homens) constitui uma barreira estrutural que a equipa tem procurado mitigar através da valorização da literacia funcional. Esta realidade é frequentemente alimentada por uma desvalorização histórica da capacitação, associada a baixas expectativas e a uma oferta de formação profissional que nem sempre se ajusta às características de quem acompanhamos.

Para inverter esta tendência, foi estabelecida uma parceria com o Centro Qualifica em que foi possível a constituição de duas turmas de alfabetização, com uma adesão expressiva de mulheres, e que revelou alguns progressos na aquisição de competências de leitura e escrita, reforçando a autoconfiança das participantes e o seu envolvimento no processo de mudança. Acredita-se que este reforço da instrução básica é a condição fundamental para que os adultos possam, não só, monitorizar os percursos escolares dos seus descendentes com maior segurança, mas também perspetivar projetos de vida a médio e longo prazo que incluam uma integração profissional sustentável.

Assim, e tal como já vem sendo referido, as várias ações desenvolvidas, no decorrer do ano de 2025, tiveram como objetivo a diminuição da influência dos fatores de agudização da situação de carência como o afastamento da realidade escolar sendo que se manteve como foco de intervenção a integração precoce no sistema de ensino, a valorização da vida escolar e a promoção do sucesso escolar.

A área do **Emprego e Formação Profissional** configura-se como um eixo crítico para a autonomização das famílias, incidindo sobre uma população adulta caracterizada por baixas qualificações académicas e percursos laborais instáveis. Por outro lado, são encontradas falhas na garantia do acesso a direitos laborais em condições de igualdade, apontando para problemas de discriminação no acesso ao emprego.

Em 2025, a intervenção foi orientada visando mitigar o hiato entre as competências das/os beneficiárias/os e as exigências do mercado de trabalho formal. Relativamente à Integração Laboral e Parcerias, o ano foi marcado pela consolidação de protocolos estratégicos com entidades como a IKEA (Programa "Posso e Quero Mais") e a Securitas. Estas colaborações permitiram ultrapassar os

canais convencionais de recrutamento, oferecendo aos beneficiários oportunidades de formação certificada e acesso direto a processos de seleção. No entanto, a eficácia destas medidas colide com um obstáculo estrutural: o perfil de escolaridade da população acompanhada, em que 82 adultos possuem habilitações iguais ou inferiores ao 1.º ciclo, o que limita severamente o acesso a ofertas de emprego com maior estabilidade e remuneração.

No que concerne à autonomia socioeconómica, embora se registe uma procura ativa por parte das/os beneficiárias/os, a taxa de empregabilidade efetiva permanece baixa, com apenas cerca de 13 pessoas (7 mulheres e 6 homens) integradas no mercado de trabalho, das quais 6 (4 mulheres e 2 homens) se autonomizaram efetivamente da prestação.

A gravidade desta situação torna-se evidente ao analisar o fenómeno das/s "trabalhadoras/es pobres": mesmo perante a integração laboral, os rendimentos auferidos são frequentemente insuficientes para fazer face ao custo de vida e à precariedade habitacional, mantendo as famílias num ciclo de dependência parcial da prestação de RSI. Deparamo-nos, assim, com um paradoxo na intervenção: a equipa procura capacitar e encaminhar para o mercado de trabalho, mas a segmentação deste e a desadequação das qualificações de base (analfabetismo em 53 adultos) impedem uma saída definitiva da situação de exclusão.

Para mitigar estes fatores, a intervenção focou-se em ações de proximidade como o Gabinete de Apoio ao Emprego (21 sessões) com um acompanhamento técnico na elaboração de ferramentas de procura de emprego (CVs e treino de entrevistas). Esta ação procura não apenas a colocação imediata, mas a dotação de competências de literacia digital, ferramenta indispensável para que a pessoa beneficiária possa, futuramente, competir em igualdade de circunstâncias no mercado laboral.

A análise comparativa entre o diagnóstico inicial (2024) e o fecho do ano de 2025 revela uma estagnação estrutural no eixo do Emprego, indissociável das baixas qualificações académicas da população acompanhada.

Embora se verifique uma ligeira redução no número de pessoas em situação de desemprego (de 51 para 48), o aumento do emprego efetivo foi residual (apenas 1 indivíduo adicional integrado). Este dado demonstra que a rotatividade laboral e a precariedade dos vínculos impedem uma saída sustentada da medida RSI.

O número de pessoas adultas com escolaridade inferior ao 1º ciclo diminuiu de 100 para 82, e o analfabetismo de 50 para 45, uma vez que a barreira da literacia básica funciona como um fator de exclusão primário que a equipa tentou mitigar através das 12 sessões de alfabetização realizadas fora do plano inicial.

A intervenção no eixo da **Saúde**, ao longo de 2025, focou-se na literacia e na mediação para garantir o acesso a cuidados fundamentais. A ULS Amadora/Sintra (ULSASI) assume-se como o principal parceiro institucional no território, sendo o acompanhamento assegurado maioritariamente pela UCSP António Arnaut e pela USF Águas Livres. Contudo, o encerramento do ano revela um cenário de vulnerabilidade acrescida, do total de 531 beneficiárias/os, apenas 368 dispõem de médica/o de família. Este dado evidencia um agravamento no acesso, com 31% da população sem médica/o atribuída/o — um aumento significativo face aos 21% em 2024 — o que compromete o acesso a cuidados de saúde primários e a gestão de doenças crónicas.

Atualmente, 95 beneficiárias/os encontram-se com Certificado de Incapacidade Temporária (CIT) válido, todos eles prolongados, com impacto direto na disponibilidade para o mercado de trabalho. Para potenciar a autonomia e o acesso a direitos, a intervenção facilitou a regularização de pedidos de Junta Médica para a obtenção de Atestados Multiusos (18 situações), permitindo que acedam a benefícios adequados à sua condição de saúde e melhorem a sua qualidade de vida. O reforço das competências das famílias passou também por ações concretas de proximidade, como o programa *“Conhecer o Autismo”*, realizado em parceria com a Associação Voz do Autista. Esta iniciativa permitiu a mães de crianças autistas compreender melhor a sua condição, desconstruir preconceitos e conhecer os seus direitos. Em paralelo, realizaram-se sessões sobre Saúde Mental, onde mulheres partilharam experiências e refletiram sobre fatores de proteção e vulnerabilidade.

No âmbito da saúde reprodutiva e materna, registaram-se 10 situações de gravidez, incluindo dois casos na adolescência que exigiram uma gestão de risco articulada com o eixo da educação. Surgiram, contudo, constrangimentos preocupantes na marcação de exames de diagnóstico (em duas situações), particularmente em obstetrícia, o que pode comprometer a vigilância precoce de riscos materno-fetais. Embora exista uma maior consciência das beneficiárias quanto à importância do planeamento familiar, a escassez de consultas de especialidade continua a perpetuar situações de vulnerabilidade reprodutiva. Esta carência de recursos estende-se à saúde infantil e juvenil, onde, apesar do cumprimento do Plano Nacional de Vacinação, se nota um défice de acompanhamento clínico após o primeiro ano de vida. A área da estomatologia permanece como uma das mais críticas, na qual os elevados custos e a falta de consultas públicas constituem um fator de fragilidade.

Tabela 3 – Indicadores de saúde das pessoas beneficiárias

Indicadores de Saúde	Dados 2024 (Diagnóstico Base)	Dados 2025 (4º Trimestre)
Incapacidade Temporária (CIT)	32 Situações identificadas	95 Situações (95 prolongadas)
Cobertura de Médico de Família	79%	69%
Pedidos de Junta Médica	Pontuais / Sem registo fixo	18 Pedidos efetuados
Saúde Materna (Grávidas)	6 Grávidas	10 Grávidas (2 menores de idade)
Acesso a Estomatologia	Muito Limitado	Praticamente inexistente (2 crianças)

A intervenção no eixo da **habitação**, ao longo de 2025 revelou um aumento e um agravamento da precariedade habitacional das famílias em acompanhamento, marcada pela falta de condições habitacionais e de sobrelotação. Considera-se que se trata de um fenómeno com impacto transversal nas diferentes áreas de vida, nomeadamente com impacto negativo ao nível do sucesso escolar das crianças e das condições de saúde. A maioria das famílias, 89% das famílias residem em habitação social, maioritariamente concentradas no Bairro do Zambujal com fogos sob gestão do IHRU (72%), seguidos da CMA (13%) e da JAE (4%). Há ainda 24 famílias que vivem em parque habitacional privado.

Manteve-se a existência de elevada vulnerabilidade, marcada por uma forte insegurança jurídica que coloca cerca de 40% das famílias sob o risco real de perderem a habitação onde residem. Persistem 40 situações de ocupação ilegal, não por escolha, mas pela ausência de alternativas no mercado habitacional formal, o que obriga a uma gestão permanente de situações de crise e à preparação para eventuais respostas de acolhimento de emergência. A procura de soluções habitacionais no mercado privado revela-se extremamente limitada, uma vez que os valores praticados no arrendamento estão muito acima da capacidade económica das famílias beneficiárias de RSI, tornando esta opção, na maioria dos casos, inacessível.

A esta instabilidade junta-se a sobrelotação, que afeta cerca de 10% das famílias, revelando que as respostas de realojamento não têm conseguido acompanhar o crescimento natural dos agregados. Foram ainda identificadas famílias com dívidas significativas (16 famílias) e outras a viver em habitações com condições muito degradadas (11 famílias), situações que dificultam a manutenção da casa a longo prazo.

Perante estes constrangimentos, a intervenção técnica tem enfrentado limitações severas, nomeadamente na interlocução com entidades responsáveis como o IHRU. A ausência de procedimentos definidos, claros e transparentes para a regularização de ocupações ou para a execução de obras prementes, retira margem de manobra à mediação direta. Nestes casos, a atuação tem-se focado no apoio administrativo para a submissão de candidaturas em plataformas online e, fundamentalmente, na promoção da capacidade de gestão de recursos das próprias famílias. Através de uma ótica de responsabilização e cumprimento de deveres, procura-se que as pessoas beneficiárias se tornem agentes na regularização das suas situações e na melhoria do seu micro-contexto.

Apesar deste cenário externo adverso, com o trabalho de proximidade, nota-se uma atenuação de perigos domésticos e uma melhoria nos padrões de higiene e manutenção das habitações, refletindo um maior cuidado com as condições de vida. Mais do que a resolução de problemas infra estruturais que ultrapassam as competências da equipa, assiste-se à consciencialização das famílias para a necessidade de regularização habitacional e para a procura de alternativas.

Ao longo de 2025, a intervenção no eixo da **cidadania** foi fortemente marcada pelo aumento do custo de vida, obrigando a um equilíbrio constante entre responder às necessidades mais básicas das famílias e, em simultâneo, promover a sua autonomia. A fragilidade económica e as condições habitacionais precárias dificultam muitas vezes a capacidade de reflexão e planeamento a médio ou longo prazo, levando os agregados a organizar a sua vida em função da urgência do dia a dia. Ainda assim, observa-se uma evolução com as famílias a demonstrarem hoje maior consciência dos seus direitos e deveres e recorrerem aos serviços de forma mais informada, responsável e proativa.

O aumento generalizado do preço dos bens essenciais teve um impacto direto na procura de apoio alimentar. Atualmente, 72 famílias beneficiam do Programa de Apoio à Privação Material, seja através da entrega de cabazes alimentares, seja por meio de cartões eletrónicos. Este apoio é complementado pelas parcerias com a REFOOD, o Banco Alimentar e pelo fornecimento diário de refeições na comunidade de inserção da CooperActiva. Apesar deste esforço conjunto, a pressão sobre os recursos disponíveis mantém-se elevada, com 38 famílias ainda em lista de espera para apoio alimentar, o que evidencia que as necessidades existentes continuam a ultrapassar a capacidade das respostas disponíveis.

A comparação entre 2024 e 2025 mostra um aumento claro da procura pelos serviços de proximidade da CooperActiva. Em 2025, os apoios diretos chegaram a 54 famílias, refletindo dificuldades crescentes na satisfação das necessidades mais básicas. Verificou-se um aumento no apoio com produtos de higiene e limpeza, na atribuição do Cartão Amadora Solidária e no apoio à aquisição de medicação. Também os serviços de lavandaria, as refeições na comunidade de inserção

e os cabazes de emergência registaram um ligeiro crescimento. Estes dados confirmam que o rendimento das famílias é, na maioria dos casos, absorvido quase na totalidade pelas despesas com alimentação, deixando pouca margem para outras necessidades essenciais e exigindo uma resposta de retaguarda constante.

Tabela 4 – Indicadores do apoio prestado em matéria de privação

Tipologia de Apoio	Execução 2024	Execução 2025 (Final)
Produtos de higiene/limpeza C.I.	18	23
Cartão Amadora Solidária	8	10
Apoio com medicação	5	7
Serviço de lavandaria C.I.	4	5
Refeições C.I.	4	5
Cabaz de emergência (JFA)	2	3
Serviço de balneário C.I.	1	1

No âmbito do eixo da Cidadania, e dando continuidade ao trabalho de desenvolvimento de competências pessoais e sociais (como as sessões de ‘Esclarecimento RSI’ ou de Competências Parentais”), foram ainda promovidas diversas ações de sensibilização, reforçando a participação ativa, o espírito crítico e a capacidade de intervenção das/os beneficiárias/os na sua comunidade.

2.2.1 Acompanhamento de proximidade

O Acompanhamento de proximidade concretiza-se através do acompanhamento regular do Contrato de Inserção (CI), entendido não apenas como um documento formal, mas como um compromisso partilhado entre a equipa técnica e a pessoa beneficiária. Ao longo de 2025 foram assinados 170 CI’s. Este acompanhamento permite trabalhar, passo a passo, a transferência de competências para a pessoa, reforçando a sua capacidade de decisão e colocando-a no centro do seu próprio percurso. O foco está em apoiar escolhas conscientes, cujos efeitos se refletem diretamente na estabilidade do agregado familiar. Concorrem ainda para este acompanhamento de proximidade o número elevado de visitas domiciliárias (564), número de atendimentos técnicos (665), o número de diligencias (2486) e os contactos presenciais regulares (1122).

Neste processo, a equipa assume um papel de mediação e apoio, ajudando a/o beneficiária/o a identificar recursos, ultrapassar obstáculos e definir objetivos realistas, tendo em conta limitações como baixos níveis de escolaridade ou situações de saúde complexas.

2.2.2 Atividades Direcionadas (Grupo/ Individuais)

Relativamente às ações dirigidas a grupos, a equipa desenvolveu atividades de forma a permitir aos/às beneficiários/as trocarem experiências, ideias e saberes. Mantendo o enfoque nos objetivos da intervenção, as ações tiveram como primazia os problemas vivenciados (apatia para a mudança, baixas qualificações, elevados níveis de absentismo e/ou abandono escolar, desemprego e problemas ao nível habitacional). O absentismo, o insucesso e o abandono escolar precoce surgem como os principais problemas identificados na intervenção com crianças e jovens, em consequência da desvalorização da escola e do conhecimento formal em geral. Deste modo foi realizado um grande número de ações nesta área, sendo os principais objetivos a consciencialização das famílias para a importância da escola, bem como a redução do absentismo e abandono escolar.

A dimensão coletiva da intervenção é pensada como um espaço de encontro, partilha e aprendizagem conjunta, onde cada pessoa pode reconhecer-se nas dificuldades das outras e, ao mesmo tempo, descobrir novas formas de as enfrentar. Mais do que transmitir informação, o trabalho em grupo procura criar dinâmicas onde as experiências individuais ganham valor coletivo e se transformam em soluções práticas para problemas comuns. O grupo funciona, assim, como um espaço de validação e reforço da confiança, mostrando que a mudança é possível quando construída em conjunto.

As ações desenvolvidas ao longo do ano procuraram responder a bloqueios recorrentes identificados no diagnóstico, como a desmotivação perante a mudança, os baixos níveis de escolaridade e a instabilidade habitacional. Um dos focos centrais da intervenção coletiva foi o absentismo, o insucesso e o abandono escolar precoce. Estas realidades, muitas vezes associadas a uma desvalorização da escola ao longo de gerações, foram trabalhadas através de momentos de reflexão e sensibilização, procurando devolver à escola o seu papel enquanto oportunidade de futuro. O objetivo foi apoiar as famílias a assumirem um papel mais ativo e responsável no percurso educativo das/os suas/eus filhas/os, reconhecendo o sucesso escolar como um fator-chave para quebrar ciclos de exclusão. Neste sentido, as oficinas e grupos de discussão foram utilizados como ferramentas de literacia crítica, abordando temas do quotidiano das famílias, como os direitos laborais ou o acompanhamento escolar.

Relativamente à intervenção que se focou na dimensão comunitária, esta centrou-se na integração das pessoas nas redes de apoio e participação do território, combatendo o isolamento e reduzindo o estigma associado à pobreza e à exclusão social. O trabalho comunitário parte da convicção de que cada pessoa beneficiária é também uma cidadã e um cidadão com voz e capacidade de intervenção, capaz de contribuir para a melhoria do lugar onde vive. Promover esta participação significa reforçar o sentimento de pertença e responsabilidade coletiva, transformando a relação com a comunidade num espaço de envolvimento ativo.

No ciclo anterior, a área da Educação foi assumida como ponto de partida para esta dinâmica de aproximação à comunidade. Para além das ações de sensibilização, a intervenção concretizou-se através de reuniões de articulação com a direção do Agrupamento de Escolas Almeida Garrett e com a coordenação da EB/JI do Alto do Moinho (41 momentos). Esta proximidade permitiu alinhar expectativas, facilitar a comunicação entre escolas e famílias e criar canais diretos de diálogo. Paralelamente, as sessões de auscultação realizadas no âmbito do Plano de Ação 2025 foram fundamentais para reforçar a participação das famílias, permitindo-lhes identificar prioridades, expressar preocupações e contribuir ativamente para a definição das linhas de intervenção da equipa.

Para o futuro, a dimensão comunitária pretende aprofundar este caminho, promovendo uma apropriação cada vez mais autónoma dos recursos existentes no território. Ao incentivar a participação em espaços de decisão e em iniciativas locais, a intervenção procura garantir que a autonomia conquistada a nível individual e coletivo se traduza num impacto real e duradouro na qualidade de vida da comunidade.

PROCESSO Protocolo Rendimento Social de Inserção

OE	Obj. Específicos	Atividades	Indicadores	Resultados
2	<p>Acompanhar socialmente 200 agregados familiares com vista a garantir o acesso a direitos com vista à melhoria da qualidade de vida e progressiva autonomia, inserção social e económica no ano de 2025:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar 620 Visitas Domiciliárias (AAD's 500 TG – 120); - Realizar 550 atendimentos; - Realizar 550 diligências; <p>- Articular com outras entidades em 100% dos processos em acompanhamento em que haja necessidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar 75 informações sociais de alteração; <p>- Realizar 1000 contactos presenciais e contactos telefónicos.</p>	Acompanhamento Social	Nº de atendimentos realizados	665
			Nº de atendimentos informatizados	665
			Nº de visitas domiciliárias realizadas pelas AAD's	500
			Nº de visitas realizadas pelas AAD's e TG's	564
			Nº de contactos presenciais e telefónicos	1122
			Nº de Diligências	2486
			Nº de informações Sociais de alteração elaboradas	75
			Nº de reclamações/sugestões referente ao serviço de atendimento e acompanhamento	0
2	<p>Responder a 100% dos requerimentos iniciais atribuídos num prazo de 45 dias após envio ao NLI</p>	Celebração de CI	Nº de requerimentos Iniciais atribuídos à TG	35
			Nº de requerimentos respondidos em 45 dias	35

			Nº de requerimentos devolvidos	4
			% de requerimentos respondidos em 45 dias	100%
2	Atualizar 100% dos diagnósticos na totalidade de processos em acompanhamento	Diagnósticos Sociais	Nº de famílias em acompanhamento	171
			Nº de diagnósticos realizados	210
2	Articular com entidades necessárias para resolução das situações em acompanhamento e/ou planeamento de atividades ao longo do ano de 2025	Rede de Parceria	Nº de processos em que houve articulação com outras entidades	140
			Nº de reuniões de parceria	
2	Planear, implementar, monitorizar e avaliar as atividades / acompanhamento das 200 famílias no ano de 2025	Reuniões	Nº de reuniões de coordenação	10
			Nº de reuniões da equipa RSI	10
			Nº de reuniões entre AAD's e TG's	13
		Registo e tratamento da informação	Relatório anual de atividades específico do Protocolo RSI	1
			Relatório trimestral	4
2	Fomentar a participação das/os clientes através de 1 sessão de auscultação no âmbito da avaliação das atividades de 2024 e preparação do Plano de Atividades 2025	"Auscultação"	Nº de sessões realizadas	1
			Nº de clientes que participaram	9
2		"Aprender é fixe!"	Nº de sessões realizadas	0

	Estimular competências pessoais e sociais junto de crianças dos 6 aos 12 anos na comunidade, ao longo de 10 sessões		Nº de crianças que participaram	0
2	Realizar 15 sessões de desenvolvimento de competências pessoais e sociais com 10 crianças entre os 3 e 5 anos	“Aprender a Crescer”	Nº de sessões realizadas	15
			Nº de crianças que participaram	13
2	Potenciar a Frequência Escolar Assídua de 267 crianças e jovens: <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento escolar mensal; - 2 Sessões de sensibilização (Inscrição 1º ano e pré escolar; - Acolhimento Escolar (8 sessões início do ano e após pausas letivas); - Dinamização de Recreios (16 sessões semanais); - “Devagar se vai ao longe” programa de competências pessoais e sociais com duas turmas - 1º e 2º ciclo do AVAG (14 sessões semanais). 	“Vamos à Escola”	Nº de crianças/ jovens envolvidos na ação	217
			Nº de articulações com a comunidade educativa de levantamento de assiduidades	41
			Nº de atendimentos específicos para devolução da situação escolar	30
			Nº sessões de sensibilização	17
			Nº sessões Acolhimento Escolar	5
			Nº sessões “Devagar se vai ao longe”	7
2		“Competências Parentais”	Nº de sessões realizadas	4

	Promover o desenvolvimento de competências parentais, através de um programa com 4 sessões, junto de 12 famílias em diferentes fases: - Grávidas; - Primeira Infância; - Segunda Infância.		Nº de clientes que participaram	25
2	Promover a responsabilização das/os beneficiárias /os para a importância do cumprimento do contrato de Inserção inerente ao RSI, através de 2 sessões de informação.	“Esclarecimento RSI”	Nº de sessões realizadas	2
			Nº de clientes que participaram	12
2	Desenvolver competências para a empregabilidade junto de 15 clientes em situação de desemprego através de: - <i>Workshop “Perspetivar o Futuro”</i> (10 clientes em 6 sessões) - Criação/atualização de CV; - Resposta/candidaturas a ofertas de emprego.	Gabinete de Apoio Emprego	Nº de sessões realizadas	21
			Nº de clientes que participaram	48
2	Apoiar na melhoria de condições de habitabilidade em 100% das famílias com situações identificadas como problemáticas na área da habitação	Apoio à melhoria de condições de Habitabilidade	Nº de AF em acompanhamento	171
			Nº/ % AF’s em que há situações identificadas como problemáticas	11/ 6%
			Nº/ % AF’s em que houve intervenção da equipa	11/ 6%

2	<p>Estimular estilos de vida potencialmente mais saudáveis com 25% das famílias através de 6 Sessões de sensibilização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Saúde mental; - Rastreios junto da comunidade (cardiovascular, visual, auditivo); - Saúde sexual e reprodutiva 	“Viver Saudável”	Nº de sessões realizadas	2
			Nº de famílias	10
			Nº de clientes que participaram	10
	Implementar planos individuais de estimulação com 3 crianças nos primeiros de vida (1-3 anos) durante 10 sessões.	“De pequenino se torce o pepino”	Nº de sessões realizadas	3 sessões / 8 clientes

3. ESPAÇO V – SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No ano de 2025, a CooperActiva deu continuidade ao trabalho iniciado em 2006, com uma equipa multidisciplinar a desenvolver o Serviço de Atendimento e Acompanhamento a Vítimas de Violência Doméstica de Cascais – Espaço V.

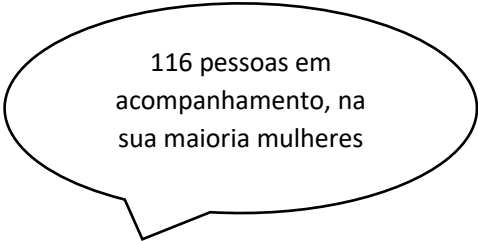
O Espaço V realizou, em 2025, atendimento presencial a vítimas de violência doméstica, cinco dias por semana, bem como atendimento telefónico e diligências ligadas aos processos, como acompanhamento a sessões de julgamento, ou declarações para memória futura, contacto com entidades parcerias ou ações de sensibilização.

Por outro lado, o Espaço V tem procurado ajustar-se aos constrangimentos dos horários de trabalho das vítimas. Assim, para que não fiquem numa situação de ainda maior vulnerabilidade, o atendimento tem-se realizado fora das horas de funcionamento regulares por forma a ir ao encontro das suas necessidades. O funcionamento do Espaço V contou com o apoio financeiro do Instituto de Segurança Social, da Câmara Municipal de Cascais e da CooperActiva, em parte com a alocação do valor, consignação de IRS e dos donativos das residentes do apartamento de transição, a esta resposta.

O atendimento e acompanhamento foram assegurados por um psicólogo e uma assistente social. Para o esclarecimento de questões jurídicas contou-se com a colaboração de uma jurista.

3.1 Sobre as pessoas em acompanhamento

No que se refere à atividade principal do Espaço V de acompanhamento direto a pessoas vítimas de violência doméstica, verificou-se em 2025, um aumento no número de novas situações.



116 pessoas em
acompanhamento, na
sua maioria mulheres

Tabela 4 - Vítimas acompanhadas, por ano e tipo de processo (NA) – 2024 e 205

Ano civil	2024	2025
Total de processos	115	116
Novos processos	78	85

Seguindo uma das tendências verificadas a nível nacional, a maioria das pessoas que procuraram o Espaço V pela primeira vez é do sexo feminino (110). Das 116 situações acompanhadas ao longo do ano apenas se encontraram 6 homens, confirmando-se, assim, a violência doméstica como uma violência de género. Por outro lado, contabilizam-se 110 pessoas agressoras do sexo masculino.

Tabela 5 – Vítimas acompanhadas, por faixa etária (NA) - 2025

Idade	Homens	Mulheres
Dos 18 aos 25 anos	0	7
Dos 26 aos 35 anos	2	25
Dos 36 aos 45 anos	3	30
Dos 46 aos 55 anos	1	28
Dos 56 aos 65 anos	0	8
+ 66 anos	0	12
Total	6	110

No que se refere à caracterização das vítimas acompanhadas pelo Espaço V, segundo a sua faixa etária podemos observar que a maioria das vítimas acompanhadas (33) tem entre 36 e 45 anos, seguindo-se o intervalo entre os 46 e os 55 anos (28).

Tabela 6 – Vítimas acompanhadas, por nacionalidade (NA) - 2025

Nacionalidade	Homem	Mulher
Portuguesa	6	84
Brasileira	0	20
Outras nacionalidades	0	12
TOTAL	6	110

A maioria das vítimas acompanhada é de origem portuguesa (90); 32 vítimas têm nacionalidade estrangeira. Entre estas últimas destaca-se, com um aumento em relação ao ano transato, a nacionalidade Brasileira (20 pessoas). O facto de a língua ser o português, facilita a comunicação, tendo-se recorrido apenas uma vez ao serviço de tradução para facilitar a comunicação com uma vítima de nacionalidade bengali.

Tabela 7 –Vítimas acompanhadas, por nível de escolaridade (NA) - 2025

Nível de Escolaridade	Homem	Mulher
< 1º Ciclo do Ensino Básico	1	2
1º Ciclo do Ensino Básico	1	5
2º Ciclo do Ensino Básico	0	8
3º Ciclo do Ensino Básico	1	29
Secundário	0	47
Superior	2	19
Total	6	110

Na sua maioria, as pessoas que foram acompanhadas no Espaço V, no ano de 2025, têm o ensino secundário completo (47). De referir, contudo, que 15 mulheres têm escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico, havendo, por seu turno, 19 mulheres e 2 homens com licenciatura. Ou seja, estes dados são coerentes com estudos realizados, que definem a violência doméstica como um fenómeno transversal a todos os sectores da sociedade.

Tabela 8 - Vítimas acompanhadas segundo a situação face ao trabalho (NA) - 2025

Situação face ao emprego	Homem	Mulher
Pessoas na situação de Trabalhador/a por conta de outrem	4	69
Pessoas na situação de Desempregado/a	1	18
Pessoas na situação de Trabalhador/a por conta própria	0	7
Pessoas na situação de Pensionista	1	13
Pessoas na situação de Estudante	0	1
Pessoas atendidas na situação de "economia paralela"	0	2
Total	6	110

Relativamente à situação face ao emprego, a maioria das vítimas está a trabalhar (73), ainda que 18 mulheres estejam desempregadas.

Para algumas destas pessoas, os processos judiciais em que se encontram envolvidas representam um grande esforço pessoal e um forte investimento de tempo para tratar de toda a burocracia associada, em particular quando para além do processo-crime decorre um processo de divórcio e/ou regulação das responsabilidades parentais e ainda, processos de promoção e proteção das suas filhas e filhos, na CPCJ (Comissão de proteção de Crianças e Jovens) de cascais ou no NIJ (Núcleo de Infância e Juventude).

Tabela 9 – Vítimas acompanhadas, segundo a instituição que encaminha (NA) - 2025

Instituição	Nº de Vítimas
Órgãos de Polícia Criminal	45
Serviços Sociais (equipas locais de ação social, RSI, ação Social de Câmaras Municipais)	35
Serviços de Saúde	1
Serviços de Educação/Formação/ Emprego	3
Serviços de Justiça	17
Outros serviços especializados (SIVVD, 3060, outras linhas telefónicas)	6
Relações familiares	6
Redes sociais	3
Total	116

Relativamente às instituições que encaminham situações para o Espaço V, a maioria das vítimas (45) veio através dos Órgãos de Polícia Criminal (OPC), designadamente pela PSP, o que representa um aumento em relação a anos transatos, fruto do protocolo no âmbito da Casa Pilar – PSP Cascais.

Em segundo lugar com 35 encaminhamentos temos os serviços sociais, onde se incluiu as instituições da rede solidária e da autarquia (CMC) com os atendimentos municipais no âmbito da transferência de competências da ação social da segurança social para as câmaras municipais. Este dado remete-nos para a maior visibilidade do fenómeno em meios socioeconomicamente desfavorecidos. Em muitos casos estas mulheres recorrem aos serviços por algumas vulnerabilidades, entre as quais, económicas (mais uma forma de violência com que se defrontam) onde provavelmente terão maior facilidade em falar da situação de violência a que estão sujeitas e mais facilmente são encaminhadas para um serviço de apoio especializado.

De destacar, ainda, os encaminhamentos pelos serviços de justiça (17) designadamente pelos serviços do ministério público de cascais do DIAP (Departamento de Investigação e Ação Penal), da DGRSP (Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais), da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) de Cascais e do NIJ (Núcleo de Infância e Juventude).

Tabela 10 - Vítimas acompanhadas, segundo a relação com a pessoa agressora (NA) - 2025

Relação da vítima com a pessoa agressora	Nº de vítimas
“Conjugalidade” passada	57
“Conjugalidade” presente	55
Vítima é ascendente	3
Vítima é descendente	1
Total	116

Como se pode verificar pelos dados do quadro anterior, a maioria das situações acompanhadas diz respeito a uma violência em relações de intimidade (112), sendo que, cerca de metade (57), dizem respeito a relações de intimidade passada. Foram acompanhadas quatro situações em que a violência acontece entre ascendentes e descendentes: entre a mãe e filha/o (três situações), sendo a primeira a pessoa violentada; uma outra em que a vítima é a filha, sendo o pai a pessoa agressora.

De salientar que os dados apresentados na tabela 8 referem-se ao momento da data de entrada do processo no Espaço V. Se a contabilização realizada fosse a 31 dezembro de 2025, a situação alterava-se, passando a haver um número muito reduzido de casos de “conjugalidade” presente.

3.2 Intervenção realizada junto das vítimas

No total, foram contabilizadas 679 sessões de atendimento/ acompanhamento especializado em violência doméstica.

Destas sessões:

- 570 foram de acompanhamento psicológico e de consulta psicoterapêutica;
- 109 sessões de acompanhamento social.

A natureza do trabalho (de índole social ou psicológica) realizado pela equipa, define-se em conformidade com os pedidos das pessoas, conjugados com uma avaliação diagnóstica da equipa. Como se pode deduzir dos números atrás apresentados, a maior parte dos pedidos explicitados remetem para a necessidade de apoio psicológico, considerado fundamental para o processo de tomada de decisão e *empowerment* da vítima.

Em estreita complementaridade com o acompanhamento psicológico e social e, na sequência de um diagnóstico técnico, foram contabilizadas 101 diligências onde se inclui todo o trabalho de articulação com outras entidades, a diferentes níveis, com o objetivo de resolver questões práticas, inerentes a todo o processo, incluindo o acompanhamento a tribunal,

Para depoimento em julgamento ou em declarações para memória futura.

Se o atendimento presencial é a parte mais visível do trabalho, as diligências são algo que requerem tempo e empenho da equipa, principalmente muita persistência devido ao nem sempre fácil e imediato contacto com o pessoal técnico das instituições que se pretende envolver no processo.

Uma avaliação de risco elevada ditou o acolhimento de emergência de três mulheres vítimas de violência doméstica e três crianças, um dos quais foi de uma mulher com 82 anos, que teve a duração de 4 dias, o desejável para um acolhimento desta natureza. A vítima pode regressar a casa após aplicação da medida de coação mais gravosa - a prisão preventiva à filha, alegada agressora.

3.3 Grupo de Discussão de Casos e Grupo de Gestão de Práticas

É muito relevante o trabalho realizado no âmbito do grupo de discussão de casos, no âmbito do Fórum Municipal de Cascais contra a Violência Doméstica, dada a presença de instituições de vários setores de atividade (ULSO Unidade Local de Saúde de Lisboa Ocidental, anteriormente ACES Agrupamento dos centros de saúde Cascais, Hospital de Cascais, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de cascais, Núcleo de Infância e Juventude, APAV, Câmara Municipal de Cascais, Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - DGRSP, PSP, GNR) incluindo a presença fundamental do Ministério Público - DIAP, que detém a responsabilidade dos inquéritos de VD. Em 2023 o grupo foi renomeado para Núcleo Intersectorial de Violência Doméstica tendo perdido, de alguma forma, o foco no objetivo inicial, um grupo para discussão de casos. Em 2025 a intervenção com crianças vítimas de violência doméstica teve especial destaque, tendo o núcleo intersectorial de VD contado com a participação da CIG Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, na discussão do tema e no esclarecimento de dúvidas das entidades parceiras para uma melhor e mais qualificada intervenção. Durante 2025, o Espaço V participou em todas as reuniões realizadas, num total de 4.

Durante o ano de 2025 foi concluído mais um grupo de gestão de práticas com onze participantes de seis entidades (GNR-NIAVE, CPCJ Cascais, Centro Paroquial do Estoril, Fundação O Século, Junta Freguesia de Carcavelos/Parede, HELPO), com um total de 3 sessões.

3.4 Atividades de divulgação e sensibilização

O Espaço V integra o grupo de coordenação do Fórum Municipal Contra a Violência Doméstica, como elemento permanente, tendo participado em várias reuniões durante 2025, com destaque para as que foram dedicadas às *Rotas da Participação*, revisitando as iniciativas propostas à luz dos princípios da participação.

Nessa qualidade tem promovido a divulgação de materiais e de produtos desenvolvidos no âmbito do Fórum, como foi o caso da participação em 2 sessões de divulgação do roteiro “Rede Segura,” envolvendo 43 profissionais de várias instituições do concelho.

Na área da saúde foram realizadas duas ações de formação para profissionais de saúde da ULSLO Unidade Local de Saúde Lisboa Ocidental, na Unidade de Saúde Familiar do Girassol. Este interesse por parte da saúde em ter formação não teve igual repercussão no encaminhamento de pessoas vítimas de violência doméstica para o Espaço V, tendo havido apenas duas pessoas encaminhadas.

A Educação também foi palco de duas ações de sensibilização sobre violência doméstica no agrupamento de escolas de carcavelos, uma com jovens estudantes e docentes e outra com assistentes operacionais, no agrupamento de escolas de carcavelos.

Há bastante tempo que o Espaço V vem alertando para a necessidade de serem realizadas ações de sensibilização e formação sobre violência doméstica junto de empresas de Cascais, devido a ser um fenómeno transversal a toda a sociedade. No ano de 2025, pela primeira vez, foi possível realizar uma ação de formação junto de uma grande empresa, a pedido da Fundação Auchan, na Loja da Auchan de Cascais.

No âmbito do trabalho de prevenção da violência doméstica com pessoas idosas foram realizadas 11 ações de sensibilização que envolveram 267 participantes, em 11 instituições do concelho.

O Espaço V participou em todas as reuniões do CLAS – Conselho Local de Ação Social – de cascais que foram realizadas, bem como em um *workshop* sobre planeamento estratégico das iniciativas do plano de desenvolvimento social.

O grupo de trabalho *Pessoas com Deficiência e Violência Doméstica*, criado no âmbito do Fórum Municipal, conta, também, com a participação do Espaço V. Resultado do trabalho deste grupo, e das pesquisas e leituras efetuadas, foi selecionado e está a ser traduzido e adaptado para português um manual de pictogramas para facilitar a identificação de sinais de violência doméstica junto de pessoas com deficiência intelectual, validado durante este ano.

Foi, ainda, proposto pelo Espaço V a realização de um *focus group* para identificação de necessidades de (in)formação de profissionais que trabalham e das pessoas com deficiência intelectual, que não foi, ainda, concretizado.

Sabendo que a divulgação do trabalho realizado é uma estratégia essencial de comunicação com pessoas e organizações foram levadas a cabo várias iniciativas nesse sentido:

- Atualização da página de internet do Espaço V, sobretudo como instrumento de comunicação com o exterior e de facilitação do acesso da informação às vítimas.
- Dinamização da página de *instagram*, com a divulgação de informação relativa ao crime de violência doméstica e formas de prevenção.

3.5 Apartamento de Transição

A resposta habitacional de transição para vítimas de violência doméstica é uma resposta inteiramente financiada pela Câmara Municipal de Cascais, não havendo, portanto, qualquer comparticipação da Segurança Social, cabendo a sua gestão à equipa do Espaço V.

As pessoas a quem esta resposta se destina são pessoas vítimas de violência doméstica em processo de autonomização. Esta resposta manteve-se em funcionamento ao longo do ano de 2025, tendo estado acolhidas dez pessoas: quatro mulheres e seis crianças.

Durante o ano de 2025 entrou no apartamento uma nova situação, uma mulher com duas crianças.

De realçar que, apesar dos possíveis conflitos existentes, pela convivência num mesmo espaço de pessoas de diferentes contextos, realidades e níveis de ensino distintos, o apartamento tem-se mantido cuidado e conservado, apesar da necessidade, que decorrem do seu uso, de reparações de torneiras, estores, candeeiros e renovação de mobiliário.

3.6 Espaço V – O PROCESSO

OE	Obj. Específicos	Atividades	Indicadores	Resultados
2	Realizar sessões de diagnóstico e acompanhamento junto de 50 vítimas de violência doméstica	Atendimento e acompanhamento, do ponto de vista psicológico, social e jurídico a pessoas vítimas de violência doméstica do Concelho de Cascais	Nº de pessoas atendidas	116
			Nº de pessoas encaminhadas por instituição	Ver quadro
			Nº de reclamações/sugestões referente ao serviço de atendimento e acompanhamento	0
2	Realizar 1 grupo de gestão de práticas junto das organizações do concelho de Cascais envolvendo 8 pessoas	Realização de 1 Grupo de Gestão de Práticas para profissionais de organizações sociais	Nº de grupos de supervisão	1
			Nº de profissionais presentes	11
			Nº de reclamações/sugestões	0
2	Participar na realização de 2 sessões de disseminação do Roteiro “Rede Segura”	Sessões de disseminação “Rede Segura”	Nº de sessões realizadas Nº de profissionais envolvidos/as	2 sessões 43 profissionais (20+23)
2	Participar em reuniões e contribuir com sugestões de atividades nas reuniões do grupo de coordenação do FMCVD	Reuniões do grupo de coordenação do FMCVC	Nº de reuniões	4
2	Gerir o apartamento de transição para vítimas de violência doméstica	Apartamento de Transição	Nº de pessoas acompanhadas	4
			Nº de reclamações/sugestões	0
2	Agilizar procedimentos em processos de violência doméstica	Participação em 3 reuniões de discussão de casos com instituições locais que incluem a presença do Ministério Público de Cascais	Nº de casos apresentados pelo Espaço V	2
			Nº de reuniões realizadas	3

2	Realizar o primeiro Atendimento a vítimas de violência doméstica na PSP de cascais - Casa Pilar sempre que necessário à segunda, quarta e sexta-feira de manhã.	Casa Pilar Resposta Integrada (policial e psicossocial) de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica	Nº de atendimentos realizados	0
			Nº de vítimas atendidas	0
2	Realizar uma ação de sensibilização sobre VD com pessoas idosas (prevenção e intervenção)	Ação de sensibilização sobre VD com pessoas idosas	Nº de sessões	11 sessões
			Nº de pessoas idosas envolvidas	267 pessoas idosas
2	Participar em 1 ação de sensibilização sobre VD a jovens realizadas no âmbito do PREVIO	Sessões de formação com jovens Escola Secundária de Carcavelos	Nº de sessões	1
2	Participar em 1 ação de sensibilização sobre VD para profissionais de educação	Sessões de formação com profissionais Escola Secundária de Carcavelos	Nº de sessões	1

4. O TEU ESPAÇO - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A CRIANÇAS E JOVENS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Para o financiamento deste serviço foram investigadas várias fontes de financiamento, embora nenhuma se adequasse. Assim, a Câmara Municipal de Cascais assumiu o financiamento integral desta resposta, no final do ano de 2023.

Se a intervenção psicológica com pessoas vítimas de violência doméstica é hoje uma prática reconhecida como fundamental para o apoio às vítimas, no seu processo de libertação das situações de violência, a intervenção psicológica especializada com crianças reveste-se igualmente de grande importância. Para além dos seus benefícios imediatos, ao nível da redução do sofrimento e dos impactos da violência sobre as crianças, a intervenção psicológica junto de crianças vítimas de violência doméstica, tem potencial para se constituir como uma forma de prevenção da replicação de modelos relacionais desajustados no futuro perpetuando um ciclo que se quer quebrar.

A criação de um Serviço Especializado de Intervenção Psicológica para crianças e jovens, é uma oportunidade de apoiar aquelas que são, muitas vezes, as vítimas mais frágeis do fenómeno e que só muito recentemente viram reconhecido o seu estatuto de vítimas.

O Teu Espaço é um Serviço gratuito, confidencial de Acompanhamento Psicológico a Crianças e Jovens, com idades compreendidas entre os 5 e os 18 anos, inserido no Espaço V, Serviço de Atendimento e Acompanhamento a Vítimas de Violência Doméstica do Concelho de Cascais, contando com o apoio financeiro da Câmara Municipal de Cascais.

O Teu Espaço, enquanto serviço especializado, tem como principais objetivos atender e acompanhar crianças e jovens vítimas de violência doméstica, encaminhados/as através das diversas entidades parceiras, prestando-lhes acompanhamento psicológico especializado.

Com a criança no centro da intervenção, pretende-se oferecer um espaço seguro e tranquilo onde podem ser ouvidas e apoiadas. O trabalho desenvolvido vai no sentido de transmitir a ideia de que podem continuar a ser crianças e a perspetivar um futuro sem violência.

O trabalho interinstitucional permite reforçar a rede com as entidades com competência em matéria de infância e juventude.

As principais áreas de intervenção do Teu Espaço são: restabelecimento emocional; trauma; melhoria da autoestima; gestão das emoções; controlo da ansiedade e desenvolvimento de competências para lidar com situações adversas. Pretende-se, com isto, reduzir o impacto

psicológico vivenciado, desenvolver competências sociais, pessoais e escolares e, promover um desenvolvimento adaptativo normativo.

Ao longo do primeiro ano de atividade, O Teu Espaço tem procurado ajustar-se aos constrangimentos dos horários da escola das vítimas, assim como do horário laboral dos/as progenitores/as. Assim, para que não fiquem numa situação de ainda maior vulnerabilidade, o atendimento tem-se realizado fora do horário de funcionamento regulares, a partir das 9h e até às 20h, quando necessário, bem como à hora do almoço.

4.1 Sobre as crianças em acompanhamento

A atividade do O Teu Espaço, em 2025, contou com uma crescente solicitação do número de situações novas, perfazendo um total de 29 crianças e jovens vítimas.



Estas crianças têm idades compreendidas entre os 4 e os 17 anos, predominando os 8 e os 12 anos. Em relação ao sexo regista-se um certo predomínio dos elementos do sexo feminino (18 meninas face a 11 meninos). Relativamente à nacionalidade das crianças e jovens acompanhadas, 27 têm nacionalidade portuguesa,, entre as restantes conta-se uma criança com nacionalidade cubana; 1 italiana e outra brasileira. Em conformidade com as suas idades, os níveis de escolaridade variam entre Ensino Pré-Escolar e Ensino Superior.

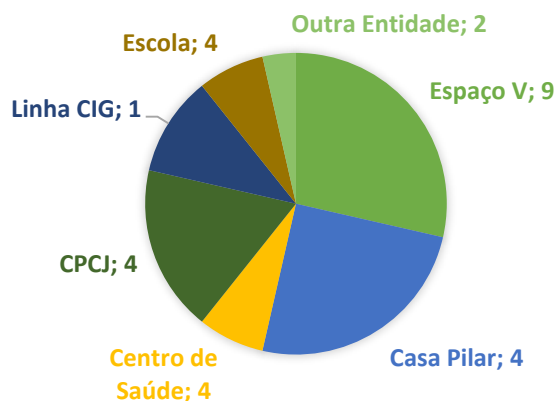
Tabela 12 – Crianças acompanhadas por idade, sexo, nacionalidade e escolaridade (NA) –

2025

Idades	Número de crianças
4 anos	1
5 anos	2
6 anos	2
7 anos	2
8 anos	6
10 anos	2
11 anos	1
12 anos	6
13 anos	2
15 anos	1
16 anos	2
17 anos	1
Sexo	Número de crianças
Feminino	18
Masculino	11
Nacionalidade	Número de crianças
Portuguesa	27
Cubana	1
Italiana e Brasileira	1
Níveis de Escolaridade	Número de crianças
Ensino Pré-Escolar	1
Ensino Básico	26
Ensino Secundário	2
Ensino Superior	0
Total	29

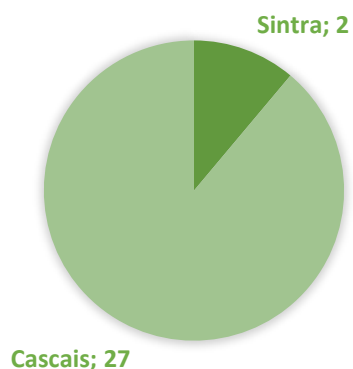
Tal como se pode ver no gráfico em baixo, O Teu Espaço assume uma vertente complementar com o trabalho desenvolvido pelo Espaço V, na medida em que a maior parte das crianças são filhas/os das pessoas acompanhadas pelo nosso outro serviço. Para além disso, a Casa Pilar e os Centros de Saúde são os serviços que mais encaminhamentos fizeram.

Figura 13 – Crianças em acompanhamento segundo a entidade que encaminha (NA) - 2025



O Teu Espaço, é um serviço de atendimento e acompanhamento a vítimas de violência doméstica residentes no Concelho de Cascais, contudo duas situações acompanhadas correspondem a residentes em Sintra.

Figura 14 – Crianças em acompanhamento segundo o concelho de residência (NA) - 2025



Através dos dados constantes na tabela seguinte podemos concluir que a freguesia de residência onde há um maior número de situações de crianças acompanhadas é a União de Freguesias Carcavelos e Parede (9 casos), seguindo-se São Domingos de Rana (8 crianças).

Tabela 15 – Crianças acompanhadas residentes no concelho de Cascais, por freguesia de residência - 2025

Freguesia	Número de crianças
Alcabideche	5
Carcavelos e Parede	9
Cascais e Estoril	5
São Domingos de Rana	8

No que diz respeito à análise descritiva do crime e dos/as agentes do crime, das situações encaminhadas, 22 tinham queixa apresentada, contudo 7 não tinham sido denunciadas. Relativamente à tipologia de crime o mais verificado entre as vítimas acompanhadas é, precisamente, o crime de violência doméstica (29 vítimas crianças).

O/A agente do crime identificado maioritariamente foi o pai, seguindo-se a mãe. Também aqui a maior parte das pessoas são de origem portuguesa, mas, ao contrário daquilo que se verifica entre as crianças vítimas há uma maior diversidade de nacionalidades.

Tabela 16– Crianças acompanhadas segundo o tipo de crime de que são vítimas e características da pessoa agressora (NA) - 2025

Crime	Número de crianças acompanhadas
Violência Doméstica	29
Queixa	Número de crianças acompanhadas
Sim	22
Não	7
Agressor/a	Número de crianças acompanhadas
Pai	28
Mãe	1
Nacionalidade Agressor/a	Número de crianças acompanhadas
Portuguesa	22
Brasileira	5
Angolana	1
Moldava	1
Total	29

4.2 Intervenção realizada junto das vítimas

O atendimento e o acompanhamento presencial a crianças e jovens vítimas de violência doméstica, foram assegurados por uma psicóloga, cinco dias por semana.

O acompanhamento psicológico decorreu numa sala individualizada direcionada para as crianças e jovens, adaptando a cada situação e fragilidade. O método de intervenção baseou-se no Modelo de Ludoterapia e Modelo Cognitivo-Comportamental, sendo realizada a devida supervisão profissional.

No total, foram contabilizadas 329 sessões de acompanhamento psicológico especializado. Foram também realizadas sessões com os/as progenitores/as, perfazendo um total de 25. Por fim, foram realizadas 14 sessões conjuntas entre as crianças ou jovens e os/as seus/suas progenitores/as.

Ao longo do ano, foram realizadas 334 diligências ligadas aos processos, nomeadamente atendimentos telefónicos, acompanhamento a sessões da regulação das responsabilidades parentais ou declarações para memória futura, assim como respondidos pedidos de informação clínica por parte das entidades parceiras em matéria de infância e juventude. Foram também realizados contactos com entidades parceiras e ações de sensibilização.

4.3 Resultados

O procedimento da intervenção psicológica, foi avaliada caso a caso, para que o superior interesse da criança fosse a prioridade. Cada situação encaminhada foi avaliada em equipa, a fim de avaliar a melhor abordagem, tendo em conta a situação individualizada da criança ou jovem.

Ao longo do primeiro ano do serviço, vários foram as melhorias denotadas nas crianças e jovens vítimas de violência doméstica acompanhadas no O Teu Espaço, seja por elas, seja por familiares, técnicos/as ou professores/as.

Dada a prevalência da violência doméstica em Cascais, e o impacto profundo que tem nas crianças e jovens, é imperativo manter este acompanhamento psicológico especializado. A intervenção precoce e contínua não só promove o bem-estar das vítimas, mas também contribui para a construção de uma comunidade mais segura e resiliente.

A intervenção psicológica permite reduzir os sintomas de trauma e melhoria da saúde mental, o reforço da autoestima e competências socio emocionais, integração social, melhor desempenho escolar, prevenção do abandono escolar, assim como a prevenção da perpetuação da violência em gerações futuras.

O acompanhamento psicológico reduz custos futuros associados a menos encargos com saúde mental, justiça e acolhimento institucional, promovendo um impacto positivo na sociedade, tornando as crianças e os jovens mais resilientes e preparados para o futuro, reduzindo assim os custos sociais a longo prazo.

A Câmara Municipal tem tido um papel essencial na proteção das crianças e jovens, unindo esforços com o Espaço V - O Teu Espaço, o ciclo de violência pode ser quebrado, dotando, a população mais jovem do concelho de Cascais, de recursos e informação, promovendo também o seu bem-estar psicológico.

Ao longo do primeiro ano do serviço O Teu Espaço e, a de forma a reforçar a continuidade do serviço no concelho de Cascais, recolhemos algumas frases, podendo ser partilhadas, com o devido consentimento.

II. INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

A Intervenção Comunitária tem permitido diversificar as Respostas Sociais da CooperActiva e explorar novas formas de sustentabilidade. Tem-se desenvolvido em torno de dois eixos principais: a apresentação de candidaturas/propostas a diferentes entidades públicas/privadas e a receção de donativos vários. Com estes recursos tem sido possível uma maior sustentabilidade do trabalho que se realiza, bem como melhorar e/ou especializar o tipo de resposta que se pretende disponibilizar à população, como por exemplo, apoiar na aquisição de material escolar, permitir o acesso a atividades que não são enquadradas nas respostas sociais, entre outros.

1. Projeto Percursos Acompanhados E9G

O projeto "Percursos Acompanhados E9G", cofinanciado no âmbito do Programa Escolhas, tem como zona de intervenção prioritária, o bairro do Zambujal (freguesia de Alfragide, concelho da Amadora) e foi desenhado a partir das auscultações realizadas com as crianças/jovens, jovens adultos (ex. participantes diretos), famílias e entidades que integram o consórcio.

O principal objetivo do projeto é contribuir para a inclusão e coesão sociais no bairro do Zambujal, fazendo um acompanhamento próximo de 55 participantes diretos, entre os 6 e os 25 anos de idade, promovendo a proteção dessas crianças e jovens de contexto vulnerável.

O público-alvo é constituído maioritariamente por descendentes de migrantes, em situação de insucesso escolar, com comportamentos desviantes, vítimas de violência e/ou discriminação, e com pouco suporte/supervisão familiar.

Objetivos do projeto Percursos Acompanhados E9G:

- Contribuir para diminuição da taxa de insucesso e absentismo escolar;
- Contribuir para o desenvolvimento de competências cognitivas, pessoais e sociais;
- Contribuir para o desenvolvimento de competências parentais;
- Contribuir para a democratização do acesso à cultura, desporto e tecnologias.

1.1 Resumo dos principais resultados

Através das diferentes atividades realizadas ao longo do ano, no projeto Percursos Acompanhados E9G, promovesse o sucesso escolar, a melhorias de capacidades tecnológicas, de cidadania e artísticas.

Relativamente ao sucesso escolar, a atividade “Mega Mente”, visa acompanhar crianças e jovens do ensino básico ao secundário, na realização dos seus trabalhos de casa, no estudo e preparação para os diferentes momentos de avaliação e na consolidação e revisão dos conteúdos lecionado.

A atividade “Divertidamente”, também integra o leque de atividades promotoras do sucesso escolar, através da realização de pequenos projetos, pesquisas, leituras complementares ou atividades práticas relacionadas aos conteúdos escolares. Os jovens disponibilizam de metodologias diversificadas e criativas, como uso de jogos educativos, uso de tecnologia, de simulações, da realização de debates, da escrita criativa, entre outros, que tornam o processo de aprendizagem mais estimulante e orientado para os interesses das crianças e jovens.

Ainda no grupo de atividades que contribuem para o sucesso escolar, a atividade “CTRL / SHIFT” apoia o desenvolvimento de competências digitais, na ótica da formação do uso de tecnologias, meios multimédia e diversos programas de apoio ao estudo, com vista a proporcionar uma utilização saudável dos recursos e meios de multimédia, com supervisão, promoção da autonomia e de forma a dinamizar o processo de aprendizagem.

Observando a participação e os resultados escolares das atividades incluídas na promoção do sucesso escolar, acima elencadas, observamos que o número de crianças e jovens que esteve presente em pelo menos 50 sessões das três atividades e que transitou de ano é 31, número que fica aquém do possível de atingir.

A atividade “Criando Pontes Escolares” visa estabelecer comunicação e colaboração entre a escola e família, contribuindo para a construção de uma rede de apoio sólida e eficaz, na promoção do sucesso escolar, da regularização do comportamento e das emoções. Salientamos de forma positiva o contributo que todo o corpo docente do Agrupamento de Escolas Almeida Garrett, em específico os/as diretores/as de turma, tal como a direção para o acompanhamento mais individualizado e informado de cada um dos jovens que frequenta o projeto.

A atividade “Criando Pontes Familiares”, visa estabelecer uma ponte com as famílias, oferecendo apoio e recursos adicionais que possam ajudá-las a superar barreiras que identificam no dia-a-dia. Ao serem criadas pontes individuais ou em grupo (atendimentos, telefonemas, reuniões), cria-se

também o sentido de pertença e inclusão. É relevante referir que 21 familiares/ educadores estiveram presentes em pelo menos 7 sessões da atividade.

A atividade “Ser +” promove a saúde mental e emocional, através do desenvolvimento de competências pessoais, comportamentais e emocionais. Visa também, consciencializar sobre os direitos/deveres e estimular a formação humana e democrática e a participação ativa em sociedade. Nesta atividade contamos com a colaboração do parceiro de consórcio “Eu cãosigo” que dinamiza sessões de apoio psicológico em pequenos grupos e através do recurso a um cão.

A atividade “Manter” privilegia a socialização livre e estruturada, promovendo a iniciativa e a tomada de decisão do grupo, prevendo-se a promoção do respeito e valorização do outro e do próprio, através da partilha, da socialização e do brincar.

A atividade “Desperta-te” estimula a criação de hábitos saudáveis, através do desporto como estratégia para a promoção de competências pessoais e sociais, como resiliência, disciplina, foco, equilíbrio físico, psicológico e emocional. Pretende-se criar oportunidades para as crianças e jovens terem acesso e experimentarem novas modalidades desportivas. Semanalmente, os jovens participam numa aula de yoga que decorre no espaço do parceiro de consórcio CAZAmbujal.

As atividades, ser+, manter e desperta-te têm como objetivo o desenvolvimento de competências de cidadania, promovendo a interação saudável e dinâmica entre jovens. Em todas as atividades, os jovens devem desenvolver novas competências anualmente, de forma a compreendermos o processo de evolução fruto da participação nas atividades do projeto. É deste modo bastante positivo que 33 jovens que participaram em pelo menos 30 sessões, adquiriram 6 novas competências.

A atividade “AproximArte” explora dinâmicas artísticas, de forma a fortalecer a autoconfiança e os vínculos coletivos, bem como estimular a criatividade, o pensamento crítico e o desenvolvimento da inteligência emocional. As linguagens artísticas mais utilizadas são o teatro, as artes plásticas e a exploração audiovisual.

A atividade “Entre-Escolha” pretende promover o diálogo e a troca de experiências e vivências entre os jovens integrantes dos projetos do Programa Escolhas, no Concelho da Amadora. Nessas atividades, os jovens podem conviver e assimilar outras culturas. Em suma, todas as atividades disponíveis no projeto privilegiam o sucesso escolar, a melhoria do comportamento e a perceção da importância da participação saudável na comunidade.

De referir que, existiu a disponibilidade e o investimento de elementos que contribuíram de forma voluntária para a concretização de sessões e objetivos, a saber Herculina Miguez e através do Banco

de Voluntariado da Amadora, a Susana e Leonor. O reforço da equipa, de modo pontual no verão e em dezembro, com um elemento de artes e comunicação, a Marina Campanatti, foi também um contributo de relevo. É de realçar ainda que para além da excelente sinergia criada entre as entidades do Consórcio e os/as seus/suas representantes, foram envolvidos parceiros informais com quem são realizadas atividades de elevada relevância, como é o caso de: o Serviço Educativo do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian, a Comissão Social de Freguesia de Alfragide, o projeto “Zambujal 360º”, o coletivo “Mais Uno +1”, entre outros.

1.2 Parceiro comprometido

A empresa VTXRM - Software Factory integra o Consórcio do Projeto Percursos Acompanhados E9G.

Neste ano de 2025, à semelhança de em anos anteriores, destacou-se pelo apoio à realização de atividades lúdico pedagógicas que tornaram o projeto ainda mais atrativo para as crianças e jovens. A este nível destaque o apoio financeiro que tornou viável várias atividades de férias no verão destacando-se a ida ao My Camp. Tem sido, também, possível assegurar os lanches das crianças e jovens com o donativo realizado.

2. APOIO À PARTICIPAÇÃO DESPORTIVA

No contexto de um protocolo de cooperação entre a Junta de Freguesia de Alfragide e a Cooperactiva foi envolvido 1 jovem na prática desportiva de futebol, no Clube de Futebol "Os Belenenses" e 35 crianças/jovens em sessões de yoga.

Este protocolo tem permitido viabilizar uma estratégia preventiva ou interventiva junto destas crianças e jovens, com vista à promoção de competências individuais e sociais que se possam espelhar em relações mais positivas com os pares, na capacidade de gerir as emoções e comportamentos de modo mais assertivo e, de modo consequente, numa maior disponibilidade para a aprendizagem com a concretização de resultados escolares mais elevados e percursos individuais mais consolidados.

3. ROMA INFLUENCERS

A CooperActiva - Cooperativa de Desenvolvimento Social integra a parceria transnacional do projeto “Influencers das comunidades ciganas - quebrando o ciclo dos casamentos e da maternidade precoce” com o acrónimo “Roma Influencers Network. Este é um projeto financiado pelo Programa da Comissão Europeia ERASMUS +, coordenado pela Klimaka-Roma Day Center (Grécia) e conta, para além da CooperActiva, com as seguintes entidades parceiras: CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social (Portugal), Cairde (Irlanda), Sastipen (Roménia).

No ano de 2025, a CooperActiva participou na disseminação do relatório comparativo e do relatório nacional sobre casamentos e maternidade precoces nos 4 países elaborado pelo CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social.

Para além do estudo que serviu de base, as atividades desenvolvidas no âmbito deste projeto em 2025 foram:

- Elaboração de contributos para o manual de formação das Roma Influencers e adaptação e tradução do manual para Português. Elaboração de materiais de formação para cada módulo de formação;
- Aplicação do manual de formação a 5 mulheres ciganas, com a duração de 50 horas;
- Participação em todas as reuniões transnacionais online de parceria;
- Preparação das 5 Roma Influencers para participação numa reunião virtual com as 20 Roma Influencers recém formadas dos 4 países;
- Reunião transnacional em Dublin com a participação de 4 técnicas e 2 mulheres ciganas – Roma Influencers;
- Lançamento da Rede de Roma Influencers em Dublin;
- Preparação das Roma Influencers para as campanhas de sensibilização e prevenção de casamentos e maternidade precoces.
- Início das campanhas de sensibilização, tendo sido realizadas 18 até final de 2025.

4. PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO NAMORO E DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM CONTEXTO ESCOLAR

O apoio às atividades desenvolvidas, entre 1 de setembro e 31 de dezembro de 2025, dá continuidade ao trabalho de acompanhamento técnico e científico que tem vindo a ser prestado ao longo dos últimos anos à equipa de coordenação do Fórum Municipal de Cascais contra a Violência Doméstica (FMCVD), a Divisão de Recursos para a Inclusão Social (DRIS) do Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social (DDS) da Câmara Municipal de Cascais.

O suporte prestado durante este período teve como objetivo contribuir diretamente para o cumprimento das ações definidas no Plano Estratégico 2023-2025, incluindo a continuidade do apoio prestado às equipas do Projeto preVio de prevenção e intervenção da violência em contexto escolar nos Agrupamentos de Escolas da Parede, da Alapraia, Carcavelos, Cidadela e S. João do Estoril. Foi ainda concretizado o lançamento das atividades do preVio no Agrupamento de Escolas Frei Gonçalo Azevedo.

Neste sentido, o suporte estratégico e operacional prestado entre setembro e dezembro de 2025, ao desenvolvimento das atividades do Fórum foi apresentado, tendo em atenção os Objetivos Estratégicos e Medidas definidos no Plano Estratégico 2023-2025:

Foi dado apoio à preparação e dinamização de um número alargado (16) de reuniões (online e presenciais), quer com o Grupo de Coordenação (GC), quer com a equipa da DRIS (reuniões semanais), indispensáveis à operacionalização quer das atividades regulares do Fórum, quer de iniciativas específicas que ocorreram no segundo semestre de 2025.

Importa realçar que o trabalho de assessoria desenvolvido no quadrimestre a que se refere o presente relatório de atividades foi marcado pelo apoio prestado à equipa da DRIS no âmbito do processo de avaliação do Plano Estratégico 2023-2025 e da preparação do novo Plano. Esses momentos de trabalho conjunto, não se encontram explicitados nos conteúdos das medidas e ações constantes do Plano Estratégico.

Da mesma forma, não se encontram especificados neste relatório todos os momentos de trabalho conjunto com a DRIS que são indispensáveis ao funcionamento estratégico e operacional do FMCVD. Exemplos dessas atividades colaborativas incluem, por exemplo: participação no exercício de monitorização do plano, apoio à equipa da DRIS na elaboração de instrumento de avaliação do impacto do Plano, análise de proposta de assessoria para avaliação do plano 23-25 e novo plano estratégico, pesquisa de boas práticas internacionais para o exercício de benchmarking para o novo plano.

5. IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS - Ações de formação para pessoal técnico e dirigente

Com financiamento do PRR a Câmara Municipal de Matosinhos lançou candidatura para a realização de ações de formação para pessoal técnico e dirigente da Rede Social do concelho, em matéria de igualdade entre mulheres e homens. A CooperActiva foi a entidade à qual foi adjudicado este trabalho.

Enquanto princípio, a igualdade entre mulheres e homens deve estar subjacente a toda a intervenção direta junto das pessoas que se encontram em diferentes fases da vida e se integram em diversos contextos sociais. Mas tal nem sempre se apresentam fácil. As ações que realizadas pretenderam refletir sobre as seguintes questões: Porque é que as vulnerabilidades sociais são vividas de maneira diferentes por mulheres e por homens? Porque é que nas diferentes fases do ciclo de vida mulheres e homens encontram obstáculos distintos e quais as especificidades de tais obstáculos? Como intervir junto de mulheres e de homens considerando tais especificidades?

No âmbito desta iniciativa foram constituídos 2 grupos de formação, num total de 40 horas, que abrangeram um total de 31 pessoas: 29 mulheres e 2 homens.

A satisfação das pessoas com a sua participação nestas ações foi bastante positiva: 28 afirmaram ter gostado muito; as restantes afirmaram ter gostado.

Por outro lado, a formação surge como tendo produzido resultados muito positivos, permitindo a concretização dos seus objetivos já que todas as pessoas afirmaram que a formação contribuiu para:

- O seu desenvolvimento pessoal;
- Reforço de conhecimentos adquiridos;
- Aquisição de novos conhecimentos;
- Aumento da consciência social sobre a importância da igualdade entre mulheres e homens;
- Aumento da capacidade para aplicação prática dos conhecimentos na atividade profissional;
- Melhoria da prática profissional, em geral.

Acresce que algumas das propostas que resultaram do trabalho prático que foi solicitado às /aos participantes, no contexto da formação, foram incluídas no Plano de Desenvolvimento Social de Matosinhos 2025-2028.

6. IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS – Guia de Orientação Prático

O Guia de Orientação para profissionais de intervenção social em matéria de Igualdade entre Mulheres e Homens foi publicado em 2025 pela Câmara Municipal de Matosinhos e tem como objetivo dotar as/os profissionais de intervenção social, em particular no concelho de Matosinhos, de orientações práticas que permitam uma mais fácil desconstrução dos estereótipos de género e uma aplicação de procedimentos e princípios de igualdade entre mulheres e homens.

Este Guia foi elaborado em articulação com as ações de formação realizadas, mas constitui-se como produto autónomo.

Foram realizadas 3 sessões de auscultação com profissionais para a validação do documento.

7. CENTRO DE ESTUDO GULBENKIAN

O Centro de Estudo Gulbenkian – Bairro do Zambujal é uma iniciativa não prevista no plano de atividades para 2025, mas iniciou a sua atividade em novembro após convite da Fundação Calouste Gulbenkian dirigido à CooperActiva com o objetivo de a instituição integrar este projeto que está a decorrer em três bairros da Área Metropolitana de Lisboa.

O projeto destina-se a crianças e jovens do ensino básico e secundário e tem como principais objetivos o reforço das competências básicas em Português, Matemática e Inglês, a melhoria dos resultados escolares e o fortalecimento da relação escola–família–comunidade.

No bairro do Zambujal o projeto iniciou com uma fase de recrutamento dos/as explicadores/as e da seleção das crianças e jovens.

Foram realizados 52 contactos telefónicos a famílias e jovens identificados/as pelo Agrupamento de Escolas Almeida Garrett e pela Equipa Espaço Mais do Agrupamento de Escolas D. João V, com o objetivo de apresentar o projeto e avaliar os critérios de entrada.

Desses contactos resultaram 21 atendimentos presenciais individuais a famílias, tendo sido, na sua maioria, as mães a deslocarem-se ao Centro para conhecer as regras de funcionamento, os horários das explicações e proceder à assinatura da carta de compromisso. Paralelamente, foram realizados 21 atendimentos presenciais individuais com crianças e jovens, durante os quais foram igualmente assinadas as cartas de compromisso, explicado o funcionamento do Centro e recolhida informação sobre os horários escolares, permitindo a organização dos grupos por ano letivo.

Os primeiros grupos iniciaram as explicações nos dias 7 e 11 de novembro de 2025. O Centro de Estudo Gulbenkian – Bairro do Zambujal acompanhava até ao final de dezembro 20 crianças e jovens, distribuídos da seguinte forma:

- 4.º ano: 6 crianças inscritas;
- 6.º ano: 8 alunos/as a frequentar;
- 9.º ano: grupo completo, com 3 alunos/as;
- 11.º ano: não foi possível, identificar alunos/as residentes no Bairro do Zambujal a frequentar este nível de ensino;
- 12.º ano: grupo completo, constituído por 3 jovens.

O acompanhamento do percurso educativo dos/as alunos/as assenta numa articulação permanente entre explicadores/as, escola, famílias e crianças/jovens, podendo o trabalho desenvolvido ser sistematizado em três eixos principais:

i) Envolvimento das crianças e jovens:

- Conhecimento da situação escolar atual (aproveitamento, dificuldades, comportamento e pontos fortes);
- Identificação de necessidades específicas, incluindo dificuldades de aprendizagem, questões emocionais ou comportamentais e fatores familiares ou sociais;
- Acompanhamento da evolução ao longo do tempo;
- Atenção a sinais de desmotivação ou dificuldades emocionais;
- Promoção de reuniões de balanço e atendimentos individuais sempre que necessário;
- Acompanhamento nos momentos de pausa acedendo a atividades lúdico-pedagógicas.

ii) Envolvimento das famílias:

- Reforço do papel da família no sucesso educativo;
- Promoção de uma relação de confiança e proximidade;
- Partilha regular de progressos, dificuldades e estratégias conjuntas de apoio;
- Disponibilidade para esclarecimento de dúvidas e atendimentos individuais;
- Promoção de uma relação de confiança entre a família e o Centro de Estudo Gulbenkian | CooperActiva.

iii) Articulação com a escola:

- Contacto regular com os estabelecimentos de ensino;
- Alinhamento de estratégias com professores/as e diretores/as de turma;
- Garantia de coerência entre o trabalho desenvolvido na escola, no Centro de Estudo Gulbenkian e em contexto familiar;
- Realização de reuniões sempre que necessário, com as escolas.

Tendo em conta que o primeiro grupo com que se iniciou este projeto termina a fase de explicações no final do ano letivo, nesta fase ainda não é possível identificar os resultados alcançados.